



**INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO DE PERNAMBUCO
CAMPUS SALGUEIRO**

NERI DA SILVA XAVIER

**O PERCURSO DOS ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICO NO INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO - PE**

Salgueiro

2020

NERI DA SILVA XAVIER

**O PERCURSO DOS ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICO NO INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO - PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Salgueiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Orientador: Luciana Cavalcanti de Azevedo

Salgueiro

2020

Xavier, Neri da Silva

X3o O percurso dos estudantes surdos no ensino profissional e tecnológico no Instituto Federal do Sertão-PE.
XII, 98f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) / Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020.
Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Luciana Cavalcanti de Azevedo.

1. Aluno surdo 2. Ensino Profissional e Tecnológico 3. Inclusão I. Título II. Azevedo, Luciana Cavalcanti de.

CDD 371.22

Ficha Catalográfica Elaborada pela Bibliotecária Mércia Maria da Silva CRB 4/1870

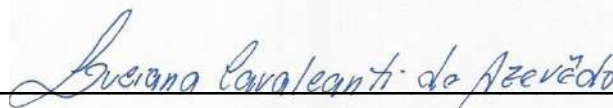
NERI DA SILVA XAVIER

O PERCURSO DOS ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO NO INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO - PE

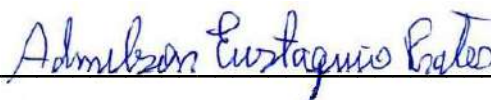
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Sertão de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 19 de junho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dra. Luciana Cavalcanti de Azevêdo
IF SERTÃO-PE
Orientadora



Prof. Dr. Admilson Eustáquio Prates.
IFNMG – membro interno



Prof. Dr. José Ribamar Lopes Batista Junior
UFPI – membro externo

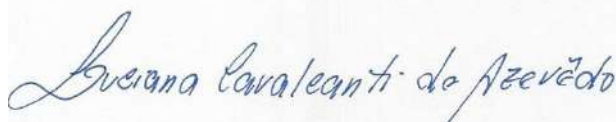
NERI DA SILVA XAVIER

O PERCURSO DOS ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO NO INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO - PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Sertão de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 19 de junho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dra. Luciana Cavalcanti de Azevêdo
IF SERTÃO-PE
Orientadora

Prof. Dr. Admilson Eustáquio Prates.
IFNMG – membro interno



Prof. Dr. José Ribamar Lopes Batista Junior
UFPI – membro externo

A comunidade surda de Salgueiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu força para concluir este pequeno degrau de uma longa jornada.

Aos meus familiares, pelo amor, incentivo, força e apoio incondicional em especial a minha mãe que nunca mediu esforços para me apoiar, principalmente no cuidado com meus filhos nos momentos que precisei estar ausente.

A todos os amigos, colegas de trabalho e colegas do Mestrado PROFEPT, que contribuíram seja com apoio, com sugestões, dicas ou mesmo incentivo.

A todos os professores pelos ensinamentos, carinho e apoio.

Ao coordenador do curso do PROFEPT - IF Sertão Campus Salgueiro Professor Francisco Kelsen de Oliveira, pelas dicas, sugestões, apoio e comprometimento.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Luciana Cavalcanti de Azevedo que me acompanhou pontualmente me dando todo o auxílio necessário para a elaboração desse projeto.

A Professora de Libras do IF Sertão Campus Salgueiro Maria Patrícia Lourenço de Barros, pelas sugestões dos livros, pelas dicas e pelos momentos que se dispôs a tirar minhas dúvidas.

A toda comunidade surda salgueirense que sempre esteve disposta a me ensinar sobre o Surdo e a LIBRAS, em especial Sandra Pereira instrutora de Libras da rede estadual de Pernambuco, que esteve junto comigo em toda a minha caminhada nos anos de trabalho dedicados ao Atendimento Educacional Especializado para o aluno surdo.

As minhas colegas intérpretes de libras pela disposição de me ouvir e me dar sugestões para esta pesquisa. Não vou citar nomes para não correr o risco de esquecer alguma, mas saibam que todas moram no meu coração e tem o meu eterno agradecimento.

Aos meus queridos alunos e ex alunos surdos que fazem parte da minha história profissional desde o ano 2010, pois me ensinaram a ver o diferente com outro olhar.

E a todos que direta ou indiretamente participaram desta etapa, meu eterno agradecimento.

Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar. (Josué 1:9)

Xavier, Neri da Silva. **O percurso dos estudantes Surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no Instituto Federal do Sertão – PE.** 2019. Projeto de Pesquisa (Mestrado PROFEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão de Pernambuco, Campus – Salgueiro.

RESUMO

A presente pesquisa tem por finalidade avaliar a trajetória dos alunos surdos do Ensino Profissional e Tecnológico do IF Sertão – PE desde o processo seletivo até o ingresso no mercado de trabalho. Diante disso, revisitamos as políticas educacionais de inclusão para estudantes surdos e sua aplicação nos *campi*, identificando possíveis dificuldades enfrentadas pelos discentes surdos no ingresso e permanência nos cursos, as práticas educativas inclusivas e o funcionamento do NAPNE. Após a formulação do problema da pesquisa, iniciamos a etapa de investigação. Nessa fase, nos comprometemos com a coleta de informações obtidas a partir de um levantamento bibliográfico de autores que vem dialogando sobre a inclusão dos surdos, pesquisa documental e pesquisa de campo. Para a pesquisa de campo fizemos uso de questionário no *Google Docs* que foi aplicado para 18 estudantes surdos, matriculados e egressos, 40 professores e 13 intérpretes do IF Sertão-PE. As informações obtidas na pesquisa foram utilizadas na construção de uma cartilha (Produto Educacional) que traz sugestões de práticas de ensino, explorando a questão da pedagogia visual, relação professor e intérprete e encaminhamentos para o NAPNE, cujo objetivo maior é contribuir para a inclusão do aluno surdo nas Instituições em cada *campus* do IF Sertão – PE. As respostas revelam que, apesar da maioria dos docentes não saber se comunicar em Libras (92,5%), existe uma preocupação em se capacitarem e em priorizarem metodologias que facilitem a aprendizagem, como aulas expositivas, materiais concretos e aulas de campo. Isso é corroborada pelos discentes, uma vez que 90,9% deles afirmaram ter as necessidades atendidas e estarem satisfeitos com o curso. De uma forma geral, as maiores dificuldades mencionadas pelos discentes estão relacionadas com a pouca interação com os colegas em sala de aula e dificuldades em ler textos na língua portuguesa, como também em fazer cálculos (81,8%). Nesse sentido, a pesquisa trouxe muitos elementos que poderão auxiliar o IF SERTÃO-PE na definição de políticas inclusivas para os estudantes surdos, melhorando a interação entre docentes, interpretes, discentes e até mesmo familiares, reduzindo as barreiras existentes para concretização da aprendizagem e aperfeiçoamento do perfil profissional desses estudantes.

Palavras-chaves: Surdo. Ensino Profissional e Tecnológico. IF Sertão – PE. Inclusão.

ABSTRACT

This research aims to evaluate the trajectory of deaf students of Professional and Technological Education from IF Sertão – PE, since the selective process until entering the labor market. Therefore, we revisited the educational inclusion policies for deaf students and their application on the campuses, identifying possible difficulties faced by these students when entering and staying in courses, educational practices and the functioning of NAPNE. After formulating the research's problem, we started the investigation stage. At this stage, we commit to the collection of information obtained from a bibliographical survey of authors who have been talking about deaf's inclusion, documentary research and field research. For the field research we used a questionnaire on google docs that was applied to 18 deaf students, enrolled and alumni, 40 teachers and 13 interpreters of IF Sertão-PE. We used the information obtained in the research to build a booklet (Educational Product) that brings suggestions for teaching practices, exploring the issue of visual pedagogy, the relationship between teacher and interpreter and referrals to NAPNE, whose main objective is to contribute to the inclusion of the deaf student in the Institutions on each campus of IF Sertão - PE. The responses reveal that although most teachers do not know how to communicate in Libras (92.5%), there is a concern with training and prioritizing methodologies that facilitate learning, such as lectures, concrete materials and field classes. This information is corroborated by the students, since 90.9% of them said they had their needs met and were satisfied with the course. In general, the greatest difficulties mentioned by students are related to their little interaction with colleagues in the classroom and difficulties in reading texts in Portuguese as well as making calculations (81.8%). Anyway, the research brought many elements that may assist IF SERTÃO-PE in the definition of inclusive policies for deaf students, improving the interaction between teachers, interpreters, students and even family members, reducing the existing barriers for achieving the learning and improving the professional profile of these students.

Keywords: Deaf. Professional and Technological Education. IF Sertão - PE. Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

		Página
Figura 1	Mapa dos <i>Campi</i> do IF Sertão-PE	34
Figura 2	Estrutura do PDI do IF Sertão-PE, exercícios 2019- 2023.....	35
Figura 3	Matriz Swot do IF Sertão-PE (PDI 2019 – 2023).....	36
Figura 4	Capa da Cartilha.....	46
Figura 5	Figuras da Cartilha	46
Figura 6	Sugestões de filmes e livros.....	47
Figura 7	Percentual de respostas afirmativas e negativas ao questionário aplicado aos professores: a) sabem se comunicar em Libras?; b) capacitação na área de surdez; c) Antecipação do planejamento para o intérprete de Libras; d) Os cursos oferecidos pelo IF Sertão – PE contemplam as necessidades dos estudantes surdos?.....	51
Figura 8	Respostas dos interpretes de Libras do IF Sertão – PE: a) tipo de vínculo com a instituição; b) tempo de atuação profissional; c) tempo de atuação como intérprete.....	59
Figura 9	Percentual de respostas dadas por alunos surdos matriculados: a) reprovação entre estudantes surdos entrevistados; b) forma como aprenderam Libras; c) conhecimento da Libras pelos familiares; d) estudo em casa.....	64
Figura 10	Percentual de respostas dadas por alunos surdos matriculados: a) entraram através da Cota PCD; b) atendimento as suas necessidades; c) satisfação com o curso escolhido; d) inserção no mundo do trabalho.....	67
Figura 11	Percentual de respostas dadas por alunos surdos egressos: a) Motivo da escolha do curso; b) Inclusão dos alunos egressos; c) recomendam o curso.....	70

LISTA DE TABELAS

		Página
Tabela 1	Alunos surdos (matriculados – egressos – desistentes).....	41
Tabela 2	Quantidade de participantes da pesquisa.....	42
Tabela 3	Escala da prática de ensino.....	55
Tabela 4	Escala da prática de interpretação.....	60
Tabela 5	Escala de eficiência das práticas de ensino.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
ETFPE	Escola Técnica Federal de Pernambuco
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
INSM	Instituto Nacional de Surdos Mudos
ISM	Instituto dos Surdos Mudos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TEC NEP	Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para as Pessoa com Necessidades Específicas
TILS	Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais
UNEDS	Unidades Descentralizadas de Ensino
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	Página
APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO ESTUDANTE SURDO	18
1.1 Breve histórico da educação dos surdos.....	18
1.2 Trajetória da educação dos surdos no Brasil.....	21
CAPÍTULO 2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: CAMINHOS PERCORRIDOS.....	25
2.1 Aspectos históricos e políticos.....	25
2.2 Princípios educacionais filosóficos do Ensino Médio Profissional e Tecnológico.....	29
CAPÍTULO 3. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO.....	33
3.1 Histórico e estrutura.....	33
3.2 A Educação Profissional e Tecnológica no IF Sertão – PE e suas diretrizes para os estudantes surdos.....	35
CAPÍTULO 4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	39
4.1 População Amostral.....	40
4.2 Instrumentos de pesquisa.....	42
4.3 Produto Educacional.....	45
CAPÍTULO 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	50
5.1 Diagnóstico da educação de surdos, sob o olhar do docente.....	50
5.2 Diagnóstico da educação de surdos, sob o olhar do intérprete.....	58
5.3 Diagnóstico da educação de surdos, sob o olhar do aluno surdo.....	63
5.4 Diagnóstico da educação de surdos, sob o olhar do aluno egresso.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
APÊNDICES.....	80
APÊNDICE A. Capa Produto Educacional.....	80
APÊNDICE B. Formulários aplicados.....	81
ANEXOS.....	90
ANEXO 1. TCLE.....	90
ANEXO 2. Termo de Assentimento.....	95
ANEXO 3. Termo de Compromisso do pesquisador.....	98

APRESENTAÇÃO

O meu interesse pelo tema surgiu no ano de 2007 quando tive o meu primeiro contato com o estudante surdo na Escola Estadual Carlos Pena Filho, na cidade de Salgueiro – PE. Foi um período que versou pela curiosidade e, ao mesmo tempo, pela vontade de aprender a língua utilizada pelos surdos (LIBRAS) que, naquele momento e ainda hoje, me encanta e me motiva a querer aprender mais.

Em 2010, fui convidada para ser professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola Estadual Carlos Filho pela coordenadora da Educação Especial da GRE Sertão Central, Osmilda Santos, e aceitando o desafio me dispus a aprofundar meus estudos na área da surdez, que no momento era o maior público do AEE da instituição ao qual trabalhava.

Em 2011, fiz um curso de extensão universitária na Universidade de Uberlândia, para Atendimento Educacional Especializado para surdos. Logo em seguida, entre os anos 2012 e 2013, fiz um curso de tradutor e intérprete de Libras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF SERTÃO-PE), Campus Salgueiro. Entre os anos 2014 e 2016, cursei pela Universidade Federal do Vale São Francisco (UNIVASF) uma especialização em LIBRAS e, entre os anos 2015 e 2016, uma especialização pela Universidade Candido Mendes em Educação Especial.

Todos esses cursos e especializações foram impulsionados pela vontade de desenvolver um trabalho com excelência para meus estudantes surdos no AEE, como também para os demais estudantes por mim atendidos. Minha experiência no AEE, de forma geral, possibilita-me um universo amplo de conhecimentos no contexto da educação inclusiva. Porém, junto a muitas conquistas e aprendizagens, pude sentir na pele, o preconceito e a discriminação que as pessoas com deficiência sofrem (na própria família, sociedade e escola). Essa intolerância a diferença sempre me incomodou profundamente e me instigou a desenvolver uma pesquisa que mostrasse para a sociedade o quanto o estudante surdo (especificamente) tem de potencialidades, bem como mostrasse que o fato de utilizar uma língua diferente da nossa, não significa que esse é analfabeto, incapaz de aprender e impróprio para o trabalho.

Considerando esse contexto, venho trabalhando no sentido de promover a inclusão dos meus estudantes surdos em todos os espaços da sociedade e no mestrado

PROFEPT, busquei aprofundar meus estudos na área da surdez e mais especificamente na profissionalização destes estudantes no intuito de contribuir para a inclusão dos mesmos nos cursos profissionais e tecnológicos ofertados pelos Institutos Federais e conseqüentemente para a inserção destes no mundo do trabalho.

A pesquisa proposta no projeto “O percurso dos estudantes surdos no ensino profissional e tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano” versa entre avaliar o percurso dos mesmos nos *campi* e conhecer as práticas educativas inclusivas que favoreçam a aprendizagem destes estudantes. O propósito principal é saber dos próprios estudantes e dos profissionais envolvidos em sua formação profissional quais os principais desafios enfrentados e metodologias de ensino que promovam melhor aprendizagem, de forma a subsidiar a construção de um manual de orientações que proporcione a verdadeira inclusão do aluno surdo nas Instituições de Ensino e no mundo do trabalho.

Portanto, organizamos esta pesquisa da seguinte forma: inicialmente abordaremos a fundamentação teórica, em que faremos um passeio pelas políticas públicas para a educação do estudante surdo, iniciando com uma retrospectiva da história da educação dos surdos desde o século XIV até contexto educacional atual. Além disso, retrataremos as reivindicações do povo surdo frente às imposições do oralismo, bem como a repercussão dos movimentos europeus na história da comunidade surda no nosso país, destacando as principais legislações relacionadas à educação do estudante surdo.

Como a pesquisa trata fundamentalmente da educação profissional para estudantes surdos, desenvolvemos um capítulo com o tema Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: caminhos percorridos, cujo objetivo é traçar uma linha da nossa legislação educacional quanto ao entendimento de profissionalização e sua relação com a educação. No capítulo seguinte, retrataremos a Educação Profissional e Tecnológica no IF Sertão – PE e suas diretrizes para os estudantes surdos e na sequência, discorreremos acerca dos aspectos metodológicos da pesquisa, quanto à população amostral, os instrumentos utilizados e os procedimentos para coleta de dados. No último capítulo, finalizaremos fazendo a análise dos questionários aplicados na coleta de dados.

INTRODUÇÃO

Os debates sobre educação inclusiva, iniciados com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos¹ (1990) e posteriormente com a Declaração de Salamanca² (1994) expressaram que a educação é direito de todos e para tanto a escola deve adaptar-se às especificidades dos estudantes.

Nesse sentido, tomaremos como base referencial as reflexões e as discussões de autores que vêm dialogando sobre a inclusão dos surdos como Lacerda e Santos (2018); Strobel (2018); Skliar (2016); Mantoan (2015); Campello (2008) e Quadros (1997). Assim como autores que tratam da Educação Profissional e Tecnológica como Libâneo (2002,2004), Saviani (2007, 2003), Oliveira (2009), Ramos (2014), Kuenzer e Grabowsk (2016).

Veremos, no decorrer deste estudo, que apesar das conquistas da comunidade surda³ ao longo da sua história, pesquisadores apontam sobre a existência do fracasso escolar na educação dos surdos. Esse fracasso, segundo pesquisas, se reflete no analfabetismo massivo, na mínima proporção de surdos no Ensino Superior e na falta de qualificação profissional para o trabalho. Skliar (2016, p. 18), afirma que as pesquisas tentam justificar essa realidade culpando fatores relacionados à própria surdez, os professores ouvintes e os métodos de ensino. Porém, para o autor o que fracassou na educação dos surdos foram as “representações ouvintistas acerca do que é o sujeito surdo, quais são os seus direitos linguísticos e de cidadania”.

Segundo Quadros (1997, p. 22)

Apesar de não haver um levantamento exaustivo sobre o desempenho escolar de pessoas surdas brasileiras, os profissionais e a sociedade surda reconhecem as defasagens escolares que impedem o adulto surdo de competir no mercado de trabalho. Nas escolas brasileiras, é comum terem surdos com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com a série.

Aqui no Brasil, o marco legal que representou o divisor de águas no contexto da educação inclusiva foi a Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacio-

¹ Realizado em Jomtiem, Tailândia, cujo objetivo foi desenvolver um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

² É uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, políticas e prática em educação especial.

³ Comunidade Surda é um termo utilizado para representar os sujeitos que congregam com os mesmos interesses e propostas inerentes a causa Surda.

nal – LDB, que determina no seu capítulo V, que os alunos com deficiência devem ser matriculados na rede de ensino regular e dispor de atendimento especializado (BRASIL, 1996).

Dentro desse contexto, os alunos surdos foram inseridos nas salas regulares muitos sem o apoio de recursos como a acessibilidade, intérpretes de língua de sinais, por descaso dos representantes ou pela própria carência desses profissionais no contexto histórico vigente. A realidade é que aqueles foram integrados nas salas regulares, porém tendo por parte dos professores das salas comuns um estranhamento quanto à metodologia adequada a ser utilizada na alfabetização destes estudantes.

Mesmo decorrido dezoito anos da lei⁴ que reconhece a Libras como a língua oficial dos surdos, ainda é perceptível por parte dos professores, que esse estranhamento ainda persiste quando se trata de trabalhar com o surdo a Língua Portuguesa como segunda língua (L2)⁵ na modalidade escrita. Diante disso, o que foi efetivado nas realidades escolares, não foi a inclusão e sim a integração destes estudantes.

Nesse sentido, a educação dos surdos é um desafio que vem se arrastando por séculos, principalmente quando se trata da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Segundo Lodi (2018, p.172) “apropriar-se da linguagem escrita exige da criança um alto grau de abstração em relação ao mundo e aos objetos, alcançado, unicamente, no decorrer do desenvolvimento da libras”.

À medida que as crianças crescem, a porcentagem de ações gestuais diminui e a linguagem verbal começa a predominar, e, quando passam a dominá-la, começam a desenhar, manifestando a grande riqueza de sua memória ao produzirem seus desenhos, que são realizados como se estivessem narrando (LODI, 2018, p.170).

Para a autora supracitada, “a escrita é assim entendida como uma linguagem do pensamento, nas ideias, estabelecendo, desse modo, uma relação com a linguagem interior construída no processo de apropriação da primeira língua.” Compreendemos, nesse sentido, que para que o estudante surdo seja alfabetizado na Língua Portuguesa (L2) na modalidade escrita é necessário metodologias advindas do artefato cultural do povo surdo e, sobretudo que considere a Libras como língua materna do surdo.

⁴ Lei Federal nº 10. 436, de 24 de abril de 2002.

⁵ De acordo com a legislação atual, a LIBRAS é a 1ª Língua do Surdo e a Língua Portuguesa 2ª Língua.

Garantir a inclusão dos estudantes surdos perpassa, nesse sentido, pela compreensão de que todos os envolvidos na comunidade escolar fazem parte desse processo, ações isoladas de alguns professores e gestão escolar, podem contribuir, mas, não são garantias de efetivação dessa inclusão. Para Barros (2018)

Quando a instituição de ensino respeita a diversidade linguística que existe no seu meio educacional e investe para que todos que fazem parte deste processo possam ter conhecimento e informação sobre tal realidade, é possível afirmar que há inclusão. Se expressar usando a própria língua e, através dela, receber as informações de que necessita para adquirir conhecimento é um direito que contribui para esta inclusão (BARROS, 2018, p. 61).

A partir deste contexto, construiu-se a problemática que norteia esta pesquisa: como se dá o processo de educação profissional para os surdos matriculados nos sete *campi* do IF SERTÃO-PE?

Portanto, buscaremos entender como acontece a educação profissional para os surdos no IF SERTÃO-PE, uma vez que Mello (2016, p.931) em relação à inclusão dos estudantes surdos em salas comuns afirma que “o acesso à escola está sendo promovido, mas não tem garantido indicadores de boa qualidade, visto que os escores mostram-se distantes das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação”. Esse mesmo pensamento é defendido por Mantoan (2015, p 23) quando afirma que a “escola se democratizou, abrindo-se para novos grupos sociais, mas não fez o mesmo em relação aos conhecimentos trazidos por esses grupos às salas de aulas”.

Desta forma, esta pesquisa tem como proposta analisar os percursos dos estudantes surdos do Ensino Profissional e Tecnológico matriculados nos sete campi do IF SERTÃO-PE, refletindo como se dá o processo de inclusão nos cursos ofertados, o cumprimento das políticas vigentes e o ingresso destes alunos surdos ao mundo do trabalho.

A pesquisa também objetiva também revisitar as políticas de inclusão destinadas à pessoa surda e verificar como estas se refletem nas práticas dentro dos institutos. Buscaremos avaliar as estratégias e metodologias de ensino utilizadas pelos professores, as dificuldades encontradas pelos discentes e a inserção no mercado de trabalho. Tendo como proposta final construir uma cartilha de orientações para a inclusão do aluno surdo nas Instituições de Ensino.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO ESTUDANTE SURDO

1.1 Breve histórico da educação dos surdos

A história da educação dos surdos nos mostra uma realidade de extrema imposição do oralismo. Foram anos de sofrimento do povo surdo, mas apesar de tudo conseguiram manter sua cultura, sua identidade e, sobretudo conseguiram transformar a própria história.

A educação do surdo iniciou a partir do momento em que o polímata italiano Girolamo Cardano (1501-1576) quebrou todos os paradigmas a respeito dos surdos e desenvolveu uma pesquisa, em que afirmava que os surdos tinham capacidades de aprender e raciocinar (GÓES e CAMPOS, 2018, p. 67).

Na Idade Moderna, século XVI, o médico e filósofo italiano Girolamo Cardano, interessado em estudar o caso de seu filho surdo, reconheceu as habilidades do surdo e afirmou que a surdez e a mudez não impediam o desenvolvimento da aprendizagem. Cardano ainda defendia que o melhor método para os surdos aprenderem era por meio da escrita, pois para ele era um crime não instruir um surdo-mudo. Ele utilizava a língua de sinais e a escrita com surdos (GÓES e CAMPOS, 2018, p. 67).

Até então prevalecia a ideia de que a pessoa com surdez não poderia ser educada. Sendo assim, tais pessoas viviam totalmente à margem da sociedade e não tinham nenhum direito assegurado.

Foi o início de um longo do tempo, de constantes lutas em busca de espaço na sociedade no sentido de propagar e fazer reconhecer seus direitos de cidadãos. A partir desse fato, a educação dos surdos passou a ser foco de pesquisa. Traçou-se então uma linha de vários acontecimentos, descobertas de novos métodos e linhas de pensamento a cerca de como educar e alfabetizar os surdos.

Na Espanha, no século dezesseis, foi desenvolvido um método que combinava datilologia do alfabeto manual, escrita e oralização, pelo monge beneditino Pedro Ponce de Leon. Esse método também foi divulgado por Juan Martin Pablo Bonet no livro “Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos”, publicado em 1620 na Espanha. Cento e trinta anos depois na França o Abade Charles Michel de L’Epée

cria os “Sinais Metódicos” que combinava a língua de sinais com a gramática sinalizada francesa. L’Epée defendia escola pública para os surdos, transformando sua casa em uma escola gratuita, que posteriormente transformou-se em Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, ficando conhecido como pai dos surdos (GÓES e CAMPOS, 2018, p. 68)

No convívio com os surdos, o abade L’Epée percebe que os gestos cumpriam as mesmas funções das línguas faladas e, portanto permitiam uma comunicação efetiva entre eles. E assim inicia-se o processo de reconhecimento da língua de sinais. Não apenas em discursos, mas em práticas metodológicas desenvolvidas por ele na Escola Pública para Surdos em Paris (HONORA; FRIZANCO, 2009 apud CUNHA JUNIOR, 2015, p. 69).

No final do século XIX, apesar da divulgação da língua de sinais como proposta para ensinar os surdos, surge na Europa, o método da oralização, cujo objetivo era ensinar os surdos a falar. Esta proposta foi embasada pelos avanços tecnológicos, tendo Alexandre Graham Bell⁶ o seu maior defensor. Segundo GÓES e CAMPOS (2018, p. 69) Alexandre Graham Bell, “era contrário a língua de sinais, que para ele não propiciava o desenvolvimento intelectual dos surdos”. Sua defesa a favor do oralismo foi de grande relevância para a decisão tomada no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão no ano de 1880, que optou a partir uma votação, pelo oralismo para a educação dos surdos.

O congresso de Milão, realizado no período de 06 a 11 de setembro de 1880, reuniu cento e oitenta e duas pessoas, na sua maioria ouvintes, provenientes de países como Bélgica, França, Alemanha, Canadá e outros. O objetivo foi discutir a educação de surdos e analisar as vantagens e os inconvenientes do internato, o período necessário para a educação formal, o número de alunos por salas e, principalmente, como os surdos deveriam ser ensinados, por meio da linguagem oral ou gestual (SILVA, 2006 apud CUNHA JUNIOR 2015, p. 69).

Assim, na maior parte das escolas em todo o mundo, fica proibido o uso da língua de sinais. A oralização passa a ser o principal objetivo da educação das crianças surdas e, para aprenderem a falar, passavam a maior parte do seu tempo nas escolas recebendo treinamento oral. O ensino das disciplinas escolares foi deixado para segundo plano levando a uma queda significativa no nível de escolarização dos alunos com surdez.

⁶ Alexandre Graham Bell foi um dos inventores do telefone.

Aqui no Brasil, o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), seguindo a tendência mundial, passou a assumir a abordagem oralista, apesar da forte resistência dos alunos que continuavam a utilizar de forma proibida a língua de sinais nos corredores e pátios da escola.

Nos anos trinta era permitida somente a abordagem oral, seja no âmbito da educação ou cotidiano. Portanto, a utilização da língua de sinais em público era proibida. As atitudes dos ouvintes majoritários, não concediam espaços para os surdos se expressarem (CUNHA JUNIOR, 2015, p. 83).

Segundo Quadros (1997, p. 23), outro problema da proposta oralista estaria no fato comprovado por pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos por Duffy (1987) de que apesar do investimento de anos da vida de uma criança surda na oralização, ela somente é capaz de captar, através da leitura labial, apenas 20% da mensagem.

Após duas décadas, na Califórnia, um novo método desenvolvido por Dorothy Shiffet (professora e mãe de uma menina surda), iniciou uma nova filosofia de educação para os surdos. Esse método combinava Língua de Sinais, fala, leitura labial e treino auditivo, denominado de Comunicação Total. Esse método chega ao Brasil na década de oitenta (Ramos, s/d apud Cunha Junior, 2015, p. 84) e na década seguinte começa o Bilinguismo.

Quadros (1997, p. 27) relata que “o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar”. Para Vieira – Machado (2016, p.103), o surdo bilíngue é uma invenção cultural do nosso tempo, fruto de movimentos políticos. E segundo Skliar (2016, p. 14) é imprescindível aproximar os discursos às práticas, enfatizando que o “primeiro fato a ressaltar é a possibilidade de incluir a análise da educação dos surdos dentro de um contexto discursivo mais apropriado a situação linguística, social comunitária, cultural e das identidades dos sujeitos surdos”.

Tratando-se de inclusão da pessoa com deficiência a nível mundial podemos destacar a Declaração Mundial de Educação para todos, realizado em Jomtien, Tailândia nos dias 5 a 9 de março de 1990. O objetivo principal desta Conferência foi criar um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (UNESCO, 1998).

Nesse sentido, a Conferencia Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e

10 de junho de 1994, teve como objetivo a inclusão das pessoas com deficiência, orientados pelo princípio de que “escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (UNESCO, 1994).

1.2 Trajetória da educação dos surdos no Brasil

A história da Educação dos Surdos do Brasil teve fortes influências nos movimentos Europeus do século XVI, mas, segundo Mazzotta (2005 apud Cunha Junior, 2015, p. 67), a efetivação das políticas públicas educacionais para pessoas com deficiências no Brasil começou timidamente pelo poder público e por iniciativas particulares a partir do século XIX e no âmbito nacional somente na década de sessenta do século XX.

Em 1857, foi criado o Instituto dos Surdos Mudos (ISM), com o poio do Imperador D. Pedro II, pela lei nº 839 de 26 de setembro de 1857, posteriormente mudada para Instituto Nacional de Surdos Mudos (INSM) e, novamente alterado, para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) pela lei nº 3198 de 06 de junho de 1957 (D.O. de 18 de dezembro de 1981).

Em 1855, o professor surdo francês H Ernest Huet, com experiência de mestrado e diversos cursos em Paris, chega ao Brasil sob o beneplácito do Imperador Dom Pedro II, com a intenção de fundar uma escola para pessoas surdas e instruí-las por meio da LSF. Contou com o apoio do imperador para fundar a escola de surdos no Rio de Janeiro, em 1857, o INES, criado pela Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857 (GOES E CAMPOS, 2018, p. 69).

A partir da redemocratização do Brasil e com a perspectiva de uma Nova República na década de oitenta, o país iniciou por parte da população uma pressão para conscientizar os constituintes da importância dos direitos nas áreas educativas serem estendidas às pessoas com deficiência. Segundo Cunha Junior (2015, p. 75), no que diz respeito aos surdos, a pressão foi no sentido do texto constitucional pudesse contemplar as necessidades dos surdos e, assim, fosse garantido o acesso a uma educação sem amarras do senso comum que os envolvia.

Dessa forma, a partir da Constituição Brasileira de 1988, foi possível perceber que a democracia ficou mais concreta possibilitando aos surdos uma maior participação nas lutas relacionadas à acessibilidade e a inclusão, e conseqüentemente a Federação

Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) teve maiores posicionamentos com relação ao sistema educacional brasileiro.

Quase dez anos depois dos debates sobre a necessidade de se criar uma entidade representativa da comunidade surda, nasce no Rio de Janeiro, aos 16 dias do mês de maio de 1987, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis). Sua principal bandeira de luta estava alicerçada na busca do pleno direito e das garantias dos surdos entre os quais se inseria a discussão acerca do modelo ideal de educação que o surdo teria (CUNHA JUNIOR, 2015, p. 89).

O texto constitucional de 1988 nos artigos 205 e 208, bem como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, nos artigos 4, 58, 59 e 60, atendem as expectativas das lutas surdas ao garantirem às pessoas surdas o direito de igualdade de oportunidade no processo educacional (BRASIL, 1988; BRASIL, 2019).

Tratando-se de políticas públicas voltadas a pessoa com deficiência, vale destacar a Lei de número 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida (no caso do surdo a acessibilidade é o Intérprete de Libras). O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, ocorreu após muitas lutas das comunidades surdas que reivindicaram o reconhecimento da libras como língua, esse reconhecimento veio através da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que prevê a oferta obrigatória do ensino da LIBRAS desde a educação infantil, considerando a língua portuguesa como L2 para estudantes surdos.

Art. 3 a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Apenas em 2010 foi aprovada a Lei nº. 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS).

Outra política pública que representa um divisor de águas nesse processo de transição entre o modelo de educação especial segregacionista e a educação inclusiva foi a institucionalização das Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, por meio da Resolução CNE/CEB nº4/2009.

[...] os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, trans-tornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas clas-ses comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertando em salas de recursos multifuncionais ou centros de Atendi-mento Educacional Especializado da rede pública ou instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2010, p 69).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi regulamentado em setembro de 2008 pelo Decreto Presidencial nº 6.571, cujo objetivo é complementar e/ou supe-mentar as condições de formação integral do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade. Segundo o Decreto, o AEE acontecerá em salas de recursos dotadas de equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos, ministrada por profissionais especializados que atendem estes alunos em horário contrário ao de sua turma no Ensino Regular. É uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência, elaborar planos de atendimen-to, visando ao acesso e à participação no processo de escolarização em escolas co-muns.

O atendimento educacional especializado – AEE é o conjunto de atividades, re-cursos da acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, presta-do de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (MEC/SEESP, 2008).

Na rede federal, a inclusão dos estudantes com deficiência se deu a partir do programa TEC NET, criado em 2000 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecno-lógica – SETEC, juntamente com a Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC)⁷ conforme Barros (2018):

No contexto brasileiro de expansão do ensino, a política educacional, visando a inclusão na rede federal no ano de 2000 a ação TEC NEP (Tecnologia, Educa-ção, Cidadania e Profissionalização para as Pessoas com Necessidades Espe-cíficas) começam a ser implantadas, através das Secretarias de Educação Tec-nológica e Secretaria de Educação Especial, as duas secretarias do Ministério da Educação (MEC). Esta implantação buscava garantir às pessoas com ne-cessidades específicas o êxito no acesso, permanência e saída dos cursos de nível médio, subseqüente e superior (BARROS, 2018, p.56).

Entre as ações do TEC NET foi instituído em todos os *Campi* dos Institutos Fede-rais, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE),

⁷ Secretaria já extinta.

que “buscam atender as pessoas que necessitam de políticas de inclusão com finalidade de ampliar possibilidades de êxito e permanência destes discentes na instituição” (PDI IF SERTÃO-PE, 2019 – 2023, p. 150):

Ao Programa. vinculado ao NAPNE compete:

II – assegurar o atendimento ao estudante com necessidades educacionais específicas;

III – fornecer recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos aos estudantes e professores, a fim de facilitar o processo de ensino e aprendizagem, a convivência com a diversidade e o desenvolvimento profissional do estudante;

IV – oferecer suporte para a implantação de medidas de acessibilidade nos *Campi* do IF Sertão-PE de modo a garantir o acesso destes estudantes aos vários espaços acadêmicos da instituição; (PDI IF – Sertão, 2019 – 2023, p. 150 - 151)

Verificamos assim que o conjunto de leis relacionadas à inclusão dos estudantes surdos em todas as instituições de ensino tem como propósito desenvolver medidas de acessibilidade que facilite o processo de ensino e aprendizagem em todos os contextos acadêmicos e sua permanência nestes espaços.

No capítulo seguinte, como a pesquisa trata fundamentalmente da educação profissional para estudantes surdos, abordaremos o tema Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: caminhos percorridos, cujo objetivo é traçar uma linha da nossa legislação educacional quanto ao entendimento de profissionalização e sua relação com a educação.

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: CAMINHOS PERCORRIDOS

2.1 Aspectos históricos e políticos

A Educação Profissional no nosso país foi concebida a partir das Escolas Técnicas Federais, cujo objetivo primordial era atender as necessidades das indústrias do momento, ou seja, ao capital. Segundo Antunes e Alves (2004, p.337), “com o desenvolvimento da *lean production* das formas de horizontalização do capital produtivo (...) tem sido possível constatar uma redução do proletariado estável, herdeiro da fase taylorista/ fordista”. A mão de obra sentiu necessidade de formalizar seus conhecimentos tácitos em conhecimentos científicos nas instituições escolares e estas por sua vez alinharam as concepções voltadas ao desenvolvimento do capital, dividindo o trabalho em manual e intelectual.

Essa realidade brasileira foi concebida a partir da pedagogia tecnicista que teve seu apogeu no decorrer da ditadura militar que se instituiu no país entre os anos 1964 a 1985. Tinha como proposta direcionar a escola a formação da mão de obra requerida pelo mercado de trabalho. Para Suhr (2012) esta pedagogia buscava “introduzir na escola a lógica da empresa, tornando-as mais eficaz e produtiva”.

De todas as concepções, a tecnicista é que propõe a relação mais imediata entre educação e o sistema produtivo, dirigindo todas as suas ações para o resultado final a ser alcançado: formar o profissional desejado, apto para produzir de maneira eficiente numa sociedade industrial e tecnológica (SUHR, 2012, p.103).

Mas o que se entende por trabalho e qual sua relação com a educação? Para Saviani (2007, p.152), “trabalho e educação são atividades especificamente humanas”. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa. Marx (1988, apud Neves e Pronko 2008, p.21) afirma que “por trabalho entende-se o processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, ao mesmo tempo em que modifica sua própria natureza”.

Considerando o ponto de vista do capital, portanto, a formação para o trabalho complexo, no capitalismo monopolista de ontem e de hoje, tem por finalidade a preparação de especialistas que possam aumentar a produtividade do trabalho sob sua direção e, simultaneamente, a formação de intelectuais orgânicos da sociabilidade capitalista (NEVES e PRONKO, 2008, p. 27).

Neves e Pronko (2008) buscam retratar a trajetória do desenvolvimento do trabalho complexo aqui no Brasil, afirmando que a primeira formação para o trabalho complexo se deu em colégios jesuítas no Brasil Colônia e posteriormente nas escolas, institutos e faculdades durante o Império que preparavam predominantemente para o exercício das atividades militares, da administração do Estado. O trabalho simples, por sua vez, era realizado, na maior parte dos casos, no próprio processo de trabalho, não exigindo uma preparação específica.

Os primeiros indícios de educação profissional surgem ainda no início do século XIX, com a criação do Colégio das Fábricas pelo Príncipe Regente D. João VI. No decorrer deste século foram criadas várias instituições cujo objetivo era a iniciação aos ofícios destinados as crianças pobres, os órfãos e os abandonados (Neves e Pronko, 2008, p. 33).

Desde fins do século XIX e até o início do século XX (década de 30), a formação técnico-profissional foi se expandindo desorganizada e assistematicamente, fruto de uma concepção que atribuía a esse tipo de ensino um caráter eminentemente assistencial. Surgido em institutos para incapacitados e menores abandonados, muitos deles de caráter religioso, esse tipo de formação estendeu-se posteriormente aos filhos das camadas populares, seguindo uma concepção que ligava sua difusão à necessidade de “moralização” desses setores da sociedade. (*Idem*)

Segundo Ramos (2014, p. 25), no início do século XX, houve uma mudança no contexto da Educação Profissional, que passou de caráter assistencial para a preparação de operários para o exercício profissional pelo então Presidente Nilo Peçanha que criou as Escolas de Aprendizes Artífices.

O desenvolvimento da urbanização e da industrialização nessas primeiras décadas de 1930 impulsionou o surgimento e a expansão de uma escolarização de cunho tecnológico realizada nas escolas técnicas de nível médio, ao mesmo tempo em que se iniciavam os debates sobre o desenvolvimento institucional da formação técnico-profissional. Para Ramos (2014, p. 25) entre as décadas 30 e 40 “a formação dos traba-

lhadores é tratada como uma necessidade da expansão industrial, porém, à parte da política educacional”.

O impacto da Revolução Industrial pôs em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo, forçando a escola a ligar-se, de alguma maneira, ao mundo da produção. No entanto, a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade (SAVIANI, 2007, p. 159).

A Lei nº 3552 de 16 de fevereiro de 1959 que trata do ensino industrial, regulamentada pelo Decreto nº 47038 de 16 de novembro de 1959 definiu as Escolas Técnicas que comporiam a Rede Federal de ensino técnico, transformando-as em autarquias e em Escolas Técnicas Federais.

Dentre as razões para a organização do ensino técnico industrial, duas têm diretamente a ver com a atuação do Estado, a saber: “(I) a criação da CSN e da Fábrica Nacional de Motores; (II) a tendência dominante de uso de critérios uniformes de organização e progressão do ensino, a fim de que a escola pudesse ser utilizada eficientemente como instrumento de controle social”. Esta última razão também esteve na base da determinação de se elaborar uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, advinda da Constituição de 1946 (CUNHA, 1977 apud RAMOS, 2014, p. 27).

Porém a partir da lei nº 6.545 de 1978 as escolas Técnicas são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) cuja atribuição era a formação de engenheiros de operação e tecnólogos para atender os interesses do capitalismo vigente neste período.

Podemos entender então que a função da escola foi direcionada pelos interesses mercantis desde o século XIX cujo objetivo principal era os lucros da sociedade capitalista, conforme Kuenzer e Grabowsk (2016. p.26-27). Os autores afirmam que os processos flexíveis caracterizam o consumo cada vez mais predatório e desumano da força de trabalho, “ser flexível, para uma expressiva parcela de trabalhadores, significa adaptar-se ao movimento de um mercado que inclui/exclui, segundo as necessidades do regime de acumulação”.

Segundo Neves e Pronko (2008 p. 52), a educação brasileira a partir da década de 1990 transformou-se em instrumento de disseminação de elementos cognitivos e

comportamentais de forma a garantir o aumento da produção e consumo de materiais, ideia corroborada também por Saviani (2007).

As ideias pedagógicas sofrem grande inflexão: passa-se a assumir no próprio discurso o fracasso da escola pública, justificando sua decadência como algo inerente à capacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso se advoga, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada, regida pelas leis do mercado (SAVIANI, 2007, p. 426).

Em 1996, porém, a LDB nº 9.394 vinculou a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social, sinalizando uma relação mais linear entre educação e produção. Entre a Educação Básica e Educação Superior (níveis de ensino) localizou a Educação Profissional como modalidade de educação, “deixando entrever o grau de racionalização atingido pelo conjunto das relações sociais no mundo e no país, nos anos iniciais do novo século” (Neves e Pronko, 2008 p. 60). Somente a partir de 2004 as políticas públicas brasileiras direcionaram-se para o fortalecimento da educação profissional no Brasil com a inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho e a formação de técnicos para contribuir com o novo modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado na produção.

A partir desse momento, diversas correntes de pensamentos educacionais e concepções políticas educacionais tentam direcionar a educação profissional para caminhos opostos as políticas neoliberais que condicionavam a educação aos interesses capitalistas, no sentido de proporcionar aos educandos uma educação profissional emancipatória que tivesse como foco a formação de um cidadão crítico, participativo e transformador da própria história.

Em 29 de dezembro de 2008, os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas Federais deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Isso se tornou possível a partir da criação dos Institutos Federais de Educação em 2008 com a Lei 11.892, ao prescrever na seção III, os objetivos dos Institutos Federais, que determinou no Artigo 7º, inciso V: “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional”.

2.2 Princípios educacionais filosóficos do Ensino Médio Profissional e Tecnológico

O Ensino médio é a etapa final da Educação Básica (conforme LDB nº 9.394/96) e se inicia após os nove anos do Ensino Fundamental.

Segundo Soares e Soares (2017, p. 120), o Ensino Médio atende basicamente uma população de adolescentes e jovens e, portanto, merece uma reflexão que considere características inerentes a este público como suas angústias, desejos e possibilidades no contexto social. Porém para Cury (1998, p. 75 apud Soares e Soares 2017, p. 122) este se manifestou com “seu caráter dual e elitista, através mesmo das funções que lhes são historicamente atribuídas: a função formativa, a propedêutica e a profissionalizante”.

Soares e Soares (2017, p. 124) sintetizam as três funções atribuídas, ressaltando que a hegemonia de cada, esteve diretamente relacionada a um momento histórico.

1. Função propedêutica – Entende que o ensino médio tem a função de preparar os alunos para o vestibular, com conteúdos voltados para o ingresso nos cursos superiores, geralmente com caráter de memorização.
2. Função profissionalizante – Entende que o Ensino Médio deve preparar para o ingresso no mercado de trabalho, promovendo a profissionalização dos alunos em campos específicos para a atuação profissional.
3. Função formativa – Entende que o Ensino Médio tem função em si mesmo, não apenas para preparar para o mercado de trabalho ou vestibular, mas desenvolve o ensino de conhecimentos específicos, importantes para o jovem dessa faixa etária, buscando sua formação omnilateral, ou seja em todas as suas dimensões, uma formação plena.

Entretanto, hoje existem muitas discussões inerentes a Educação Profissional que aborda a importância de empregar a este um ensino que vá além da promoção da profissionalização em campos específicos. A perspectiva é desenvolver nesta modalidade um ensino integrado, *omnilateral*⁸ e politécnico, que compreenda o indivíduo como um todo e não apenas para o campo profissional.

Ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais. (ARAÚJO e FRIGOTTO, 2015, p. 62)

⁸ Formação humana associada às concepções de Marx, oposta a formação unilateral.

Para Araújo e Frigotto (2015) a educação na perspectiva integradora, não utiliza os conteúdos com foco no mercado e sim na utilidade social, promovendo nos alunos o reconhecimento da essência da sociedade e sua transformação. “Procura-se, com isto, formar o indivíduo em suas múltiplas capacidades: de trabalhar, de viver coletivamente e agir autonomamente sobre a realidade, contribuindo para a construção de uma sociabilidade de fraternidade e de justiça social” (*idem*. p. 68). Devendo pressupor entre outras a ideia de práxis como referência às ações formativas de forma que a teoria e a prática educativa constituam o núcleo articulador da formação profissional (*idem*. p.p. 71-72).

O ensino médio integrado apresenta características diversificadas do ensino médio exclusivamente voltado a formação geral, por possibilitar uma organização educacional diferenciada que integra educação profissional e tecnológica com o ensino das ciências e das humanidades, com o objetivo de formar cidadãos para o mundo do trabalho e prosseguir nos estudos (PDI IF – SERTÃO, 2019 – 20123, p. 80).

Segundo Oliveira (2009, p. 155), o que dificulta esse processo é o fator que mobiliza o educando á escola, que cada vez mais está condicionado ao caráter econômico.

A formação ampla do educando, tão defendida nos debates na área de trabalho e educação, não encontra acolhida entre os sujeitos que procuram a escola. Nada, por si só, tem um valor *a priori* se o seu conteúdo não tenha uma efetividade imediata em relação à sobrevivência econômica do indivíduo. O valor das coisas não se define por um dever em um tempo não sabido. O valor está naquilo que responde de imediato a um anseio, cada vez mais de cunho individual e cada vez mais de caráter econômico.

No entanto, Manacorda (2007, p. 87) reforça a necessidade de efetivar a educação que busque o “desenvolvimento total, completo multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação”. Portanto, este pesquisador compreende que as práticas pedagógicas que contemplem a unilateralidade precisam se distanciar das pedagogias tradicionais, no sentido de se criar escolas politécnicas, corroborada por Marx (1964 apud Manacorda, 2007, p. 93) que oferecesse “um ensino tecnológico que fosse, ao mesmo tempo, teórico e prático”.

Politecnia significa, aqui, especialização com o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes. (SAVIANI, 2007, p. 161)

Para Oliveira (2009, p. 158), a conquista de uma educação politécnica não pode deixar de ser uma utopia a ser perseguida, porém esta só se efetivará em uma sociedade estruturada a partir de relações “para além do capital”. Em seguida propõe que os educadores repensem o processo de formação dos educandos, uma vez que estes são conhecedores dos limites impostos pelo capital.

No entanto, Saviani (2007, p.160) reforça que

(...) no ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo.

Dermeval Saviani é o principal representante da Pedagogia histórico-crítica que propõe educação de qualidade para toda a população, essa concepção foi inspirada em Gramsci⁹ que defendia a escola unitária.

A posição da pedagogia histórico-crítica se baseia na compreensão de que a realidade não é estática e linear, mas, sim, dialética. (...) educação tanto pode contribuir para a reprodução das relações sociais existentes como pode promover exatamente o contrário: favorecer a conscientização (SUHR, 2012, p.153).

Saviani enfatiza a importância de efetivar um ensino médio em que os alunos não sejam adestrados em técnicas produtivas, mas sim propiciar a estes o domínio dos fundamentos das técnicas produtivas em uma formação politécnica.

É importante compreendermos esse conceito, pois segundo Saviani (2003, p. 140) o termo “politecnia, literalmente, significaria múltiplas técnicas, multiplicidade de técnicas, e daí o risco de se entender esse conceito como a totalidade das diferentes técnicas fragmentadas”.

Para Libâneo (2005, p. 17), a escola tem contribuído muito pouco para a promoção do desenvolvimento cognitivo dos alunos, a partir do momento que ampliam medidas de exclusão e não investiga o porquê de sentimentos como fracasso, mediocridade e incompetência fazer parte da realidade educacional destes alunados.

Não haverá mudanças efetivas enquanto a elite intelectual do campo científico da educação e os educadores profissionais não se derem conta de algo muito sim-

⁹ Filósofo marxista que defendia a emancipação das massas.

ples: escola existe para formar sujeitos preparados para sobreviver nesta sociedade e, para isso, precisam da ciência, da cultura, da arte, precisam saber coisas, saber resolver dilemas, ter autonomia e responsabilidade, saber dos seus direitos e deveres, construir sua dignidade humana, ter uma auto-imagem positiva, desenvolver capacidades cognitivas para se apropriar criticamente dos benefícios da ciência e da tecnologia em favor do seu trabalho, da sua vida cotidiana, do seu crescimento pessoal.

Nesse sentido, o ensino desenvolvido nos Institutos Federais, se apresenta como uma proposta educacional voltada para a formação geral do educando, que pensa neste sujeito como um ser completo e não fragmentado.

O objetivo central do Instituto não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música, tão cultivada em muitas de nossas escolas, deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva devem ser objeto de estudo na Rede Federal. (PACHECO, 2011 apud PDI IF SERTÃO 2019 – 2023, P. 79).

Pensar na formação do sujeito, de forma que este possa estar preparado para o mundo do trabalho é um desafio institucional e que necessita da participação e do esforço de todos que fazem parte deste contexto. Esse desafio se torna bem mais amplo quando tratamos da educação profissional para o estudante surdo. Por isso, no capítulo seguinte, retrataremos a Educação Profissional e Tecnológica no IF Sertão – PE e suas diretrizes para os estudantes surdos.

CAPÍTULO 3 – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

3.1 Histórico e estrutura

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão -Pernambucano historicamente foi fundado tendo como base o *Campus* Avançado da Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE) em 1983, posteriormente, em 1989, foi criada a Unidade Descentralizada da ETFPE (UNED Petrolina) e em 26 de novembro de 1999 é implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (CEFET Petrolina).

Em 29 de dezembro de 2008, em todo o Brasil, a grande maioria dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas Federais deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Assim sendo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano foi criado a partir da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Constitui-se em autarquia Federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático, pedagógica e disciplinar. Vinculada ao Ministério da Educação (MEC) sob a supervisão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

De acordo com o parágrafo segundo do Art. 1º do Estatuto em diário Oficial da União em 21/03/2019 o IF Sertão-PE:

É uma instituição de educação básica, técnica e tecnológica, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Diante desse contexto, o IF Sertão – PE oferece Educação Superior, Básica e Profissional, tendo como foco a redução das desigualdades sociais e interregional. Tem como sedes a Reitoria, sediada na cidade de Petrolina, Campus Petrolina, Campus Petrolina Zona Rural, Campus Floresta, Campus Ouricuri, Campus Salgueiro, Campus Santa Maria da Boa Vista e Campus Serra Talhada, conforme mapa apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa dos *Campi* do IF Sertão- PE



Fonte: PDI 2019 -2023 IF Sertão -PE

Conforme citado anteriormente, o IF Sertão – PE oferece diferentes modalidades de ensino, Ensino Médio Integrado, Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Ensino Técnico Subsequente, Curso Superior de Tecnologia, Curso de Licenciatura, Curso de Bacharelado, Pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, Educação a Distância – EaD.

Para estes cursos, o IF Sertão – PE prioriza a construção de um currículo integrado visando articular dinamicamente trabalho/ensino; prática/teoria/ensino; pesquisa/ensino/extensão, tendo como pano de fundo as características socioculturais de cada região, conforme o art. 43 do Estatuto do IF Sertão – PE, publicado em diário Oficial da União em 21/03/2019 o IF Sertão-PE.

O currículo dos cursos no IF Sertão-PE está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu Projeto Pedagógico Institucional - PPI -, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano. (art. 43 do Estatuto do IF Sertão D.O. 21/03/2019).

Esta intenção contempla o pensamento de Araujo e Frigotto (2015 p. 62) quando afirmam que:

O ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais.

Nesse sentido, a comunidade docente do IF Sertão-PE (PDI 2019 – 2023) compreende que o ensino tradicional já não atende as demandas de estudantes do século XXI, comprometendo-se a desenvolver uma educação que supere essas práticas.

Assim sendo, essa instituição se propõe a desenvolver uma educação que atenda o novo perfil dos estudantes, que ultrapasse o caráter disciplinar e fragmentado do conhecimento.

Portanto, pretende desenvolver uma educação que preze pela formação cidadã, para os direitos humanos, para formação ética, para a inserção das tecnologias no processo educativo, educação e trabalho, educação e meio ambiente, educação ciência e tecnologia conforme o PDI 2019 -2023 tendo como foco a profissionalização conforme a lei 11. 892 de 29 de dezembro de 2008, art. 6º.

Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

3.2 A Educação Profissional e Tecnológica no IF Sertão – PE e suas diretrizes para os estudantes surdos

Segundo o decreto 5.773/2006, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento em que se definem a missão a que a instituição se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver, além da sua visão de futuro. É um instrumento de planejamento estratégico de longo prazo, no caso do IF Sertão - PE, elaborado para o período de cinco anos, conforme estrutura apresentada na Figura 2.

Figura 2 – Estrutura do PDI do IF Sertão-PE, exercícios 2019- 2023



Fonte: PDI 2019 -2023 IF SERTÃO PE

De acordo com o PDI (2019-2023), elaborado pelo Instituto Federal do Sertão, durante esse período, terão como missão “promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa, inovação e extensão, para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável”.

Neste Plano é utilizada a Matriz SWOT, uma ferramenta de exercício da reflexão e análise de fatores internos e externos que contribui para a criação de um plano de ação eficiente, ou seja, um diagnóstico dos pontos fortes e fracos inerentes ao ambiente interno e análise das oportunidades e ameaças vindas do ambiente externo.

Ao analisar o PDI, constatamos que na Matriz SWOT (ou análise FOFA em português: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), a educação dos alunos com deficiência é ainda considerada uma fraqueza para os educadores dos Institutos, conforme pode ser observado na Figura 3.

Segundo Silveira (2019, p.26) é importante trabalhar essa Matriz respondendo aos questionamentos abaixo por meio da ferramenta de Plano de Ação.

- Pontos Fortes: Como manter estes pontos fortes? Como explorá-los melhor? Como torná-los ainda mais fortes?
- Pontos Fracos: Como reverter os pontos fracos e transformá-los em pontos fortes? Como evitar que esses pontos fracos prejudiquem nosso desempenho? Como evitar que se agravem?
- Oportunidades: Como aproveitar estas oportunidades?
- Ameaças: Como transformar ameaças em oportunidades? Como neutralizar estas ameaças? (SILVEIRA, 2019, p. 26).

Figura 3 – Matriz Swot do IF Sertão-PE (PDI 2019 – 2023)



Fonte: PDI 2019 – 2023 IF Sertão – PE

Nesse sentido, buscamos identificar quais ações estão sendo realizadas no sentido de reverter esse ponto fraco e transformá-lo em pontos fortes, bem como identificar que diretrizes educacionais orientam estas ações no sentido de garantir o acesso e a permanência destes estudantes na instituição, e se essas ações contribuem para o desenvolvimento intelectual educacional, social e profissional dos mesmos.

Além disso, buscamos verificar, a partir desta pesquisa documental, se existe acessibilidade curricular garantindo a presença do intérprete para alunos surdos e se o NAPNE do IF Sertão - PE está funcionando com apoio multifuncional e equipe multidisciplinar para o auxílio do aluno surdo em horário oposto ao turno, tanto para atendimento dos conteúdos da aula como também para estudo do português e da libras.

Segundo o PDI do IF Sertão-PE, no sentido de superar essa fraqueza os institutos buscarão cumprir com o que diz as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, procurando efetivar ações que favoreçam as condições básicas de ensino de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico do indivíduo, valorizando as diferenças e concedendo bases para que ele possa ter as necessidades atendidas.

O IF Sertão-PE, Campus Salgueiro, assumiu o compromisso para com a Educação na perspectiva da inclusão das pessoas com deficiência e, consequentemente, das pessoas surdas. Observando o site do MEC, com foco nas políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro, foi possível perceber algumas ações e um percurso histórico de lutas e resistência que deliberou ações, projetos e leis que surtiram efeito na rede federal (BARROS, 2018, p. 59).

Para tanto, o IF Sertão - PE no PDI 2019-2023 compreende a relevância de investir em capacitação docente e em cursos de formação pedagógica que acompanhem as mudanças sociais, compactuando com a legislação e com o entendimento de seu papel de organismo que agrega valores e contribui com os avanços sociais. No que tange a aluno surdo tem como ação:

- Acompanhamento sistemático por intermédio do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).
- Formação continuada de professores na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
- Acompanhamento diário dos alunos surdos.

Além disso, o IF Sertão-PE visando priorizar aspectos ligados à permanência e à evasão elencou ações pontuais para cada caso, compreendendo que não se deve pensar a tríade acesso, permanência e inclusão de forma isolada porque há o entendimento de que toda e qualquer ação destinada a um desses elementos não pode ser concebida de forma avulsa.

Compreende-se, porém que além de uma proposta filosófica que valorize as diferenças, planejada e articulada pelas instituições de ensino, a figura do professor é de suma importância para a formação integral do aluno surdo durante o seu processo de escolarização. Sua atuação é marcada por suas experiências e por desafios que a prática pedagógica exige no cotidiano escolar, já que envolve muitos aspectos, tais como: ensinar, avaliar e planejar. Além de trabalhar com esses aspectos, o professor deve descobrir caminhos que possam contribuir para o processo de aprendizagem do aluno surdo, de acordo com suas necessidades e possibilidades.

Diante de tudo que já foi exposto, verificar quais ações estão sendo realizadas no sentido de garantir o acesso e a permanência dos alunos surdos na instituição, e se essas ações contribuem para o desenvolvimento intelectual, educacional, social e profissional do mesmo, passa a ser de extrema importância.

Portanto, é fundamental efetivarmos a inclusão escolar, compreendendo seu propósito e suas implicações no contexto educacional da pessoa com deficiência. Pois como diz Mantoan (2015),

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernizar a natureza atual da maioria de nossas escolas. Isso acontece à medida que as instituições de ensino assumem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2015, p. 62)

Nos próximos capítulos discorreremos acerca dos aspectos metodológicos da pesquisa, quanto à população amostral (público-alvo da pesquisa), os instrumentos utilizados e os procedimentos para coleta de dados. Finalizaremos fazendo a análise dos questionários aplicados na coleta de dados cujo objetivo está alinhado à problemática que nos direcionou no decorrer de toda a pesquisa: como se dá o processo de educação profissional para os surdos matriculados nos sete *campi* do IF SERTÃO-PE?

CAPÍTULO 4 – ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como proposta analisar os percursos dos estudantes surdos do Ensino Profissional e Tecnológico matriculados nos campi do IF SERTÃO-PE, refletindo como se dá o processo de inclusão nos cursos ofertados, o cumprimento das políticas vigentes, das práticas inclusivas e o ingresso destes alunos surdos ao mundo do trabalho (segundo a óptica dos próprios alunos surdos).

Como base nos objetivos elencados, decidimos por iniciar examinando a literatura pertinente à temática. Nesta fase nos comprometemos com a coleta de informações obtidas a partir de um levantamento bibliográfico. Marconi e Lakatos (1999) afirmam que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que foi dito ou escrito sobre um determinado assunto, mas permite uma maior análise do tema, o que favorece conclusões inovadoras. Para Lima (2004) é importante o pesquisador saber articular as ideias a partir dos elementos encontrados na pesquisa, no sentido de atingir o nível analítico do problema.

Diante disso, nos debruçamos em uma pesquisa bibliográfica acerca de temáticas relacionadas às políticas públicas para a educação do estudante surdo, fazendo um breve estudo sobre a história da educação tanto no contexto internacional como nacional. Para tanto, fizemos uso de diferentes materiais, priorizando os artigos científicos publicados no Portal de Periódicos CAPES, livros publicados de autores renomados que abordam esta temática como Lacerda e Santos (2018); Skliar (2016); Mantoan (2015); Strobel (2018); Campello (2008); Quadros (1997), e os documentos legais que dão suporte à problemática da educação de surdos e à Libras. Essa pesquisa possibilitou a escrita de uma das temáticas abordadas nesta revisão: Políticas públicas para a educação do estudante surdo.

Além disso, como o tema dessa pesquisa trata dos percursos dos estudantes surdos na educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federais no Sertão de Pernambuco, procuramos também fazer um estudo de bibliografias relacionadas à Educação Profissional no nosso país e dos princípios filosóficos e pedagógicos que regem este ensino. Podemos então destacar alguns autores que tratam desta temática aos quais nos debruçamos como Libâneo (2002,2004), Saviani (2007, 2003), Oliveira

(2009), Ramos (2014), Kuenzer, A.Z. & Grabowsk (2016) o que possibilitou a escrita da segunda temática abordadas nesta revisão: Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: caminhos percorridos.

Além da pesquisa bibliográfica, realizamos também a pesquisa documental. Ludwig (2009) explica que os documentos como fonte de pesquisa revelam-se como fontes ricas e estáveis, podendo ser consultadas várias vezes, o que servem para complementar informações obtidas por meio de outras técnicas. Nesse sentido, realizamos o estudo de documentos e legislações pertinentes. Além das legislações vigentes, optamos por ter como documento base para esta pesquisa o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), compreendendo que estes documentos além de retratar a realidade de cada *campi*, também identifica como o Instituto Federal do Sertão pretende desenvolver seu trabalho para um determinado período de tempo.

Após a pesquisa bibliográfica e documental iniciamos a pesquisa de campo com a finalidade de avaliar o percurso dos estudantes surdos nesta instituição. Procuramos identificar a proposta de inclusão do NAPNE e os projetos que são desenvolvidos nos *campi* que contempla os estudantes surdos. Com o apoio dos coordenadores do NAPNE de cada *campus*, com base nos documentos de matrículas, procuramos identificar quem são os estudantes surdos efetivamente matriculados, quais cursos, modalidades e níveis de ensino estão matriculados. Nesta mesma linha procuramos identificar os egressos e desistentes, no intuito de localiza-los e realizar pesquisa de campo com a aplicação do questionário.

4.1 População amostral

Esta pesquisa objetiva também revisitar as políticas de inclusão destinadas à pessoa surda e verificar como estas se refletem nas práticas dentro dos institutos. Buscamos avaliar as estratégias e metodologias de ensino utilizadas pelos professores, as dificuldades encontradas pelos discentes (sob óptica dos surdos), os motivos de desistência (sob óptica dos surdos) e a inserção destes no mercado de trabalho.

Portanto, este trabalho teve como foco os alunos surdos matriculados e egres-

sos, professores e intérpretes de libras do IF Sertão/PE

O nosso ponto de partida foi identificar os coordenadores do NAPNE de cada *campus*. Em seguida apresentamos nossa proposta e firmamos parcerias para coleta de dados, quanto ao número de estudantes surdos matriculados e evadidos.

À medida que fomos recebendo as respostas íamos preenchendo a tabela e chegamos ao número total abaixo de alunos surdos matriculados/ egressos e seus referidos cursos.

Tabela 1 – Alunos surdos (matriculados – egressos - desistentes)

Nível	Curso	Campus	Quantidade de alunos surdos Matriculados	Quantidade de alunos surdos Egressos	Quantidade de alunos surdos desistentes
Médio Integrado	Agropecuária	Floresta	1	-	-
		Santa Maria	1		
		Salgueiro	1	-	-
	Edificação	Petrolina	1	1	
	Informática	Petrolina	2	1	
		Ouricuri	1		
Médio Subsequente	Agropecuária	Salgueiro	1	2	
		Santa Maria		1	
	Informática	Salgueiro			2
	Edificações	Petrolina	1		
		Santa Maria			4
		Salgueiro			1
	Zootecnia	Petrolina Zona Rural	1		
PROEJA	Edificações	Petrolina			1
Superior	Computação	Petrolina	1		
	Tecnologia em Alimentos	Salgueiro	1	1	
		Salgueiro			1
	Física	Petrolina	1		
TOTAL GERAL			13	6	9

Fonte: Própria autora, 2020

A partir da Tabela 1 identificamos os cursos nos quais há a matrícula de estudantes surdos e por meio desta, localizamos os intérpretes e professores de cada *campus* que foram público alvo de nossa pesquisa, chegando ao quantitativo apresentado na Tabela 2 de pessoas que participaram da pesquisa.

Tabela 2 - Quantidade de participantes da pesquisa

Público	Público-alvo	Participaram
Professores	97	40
Intérpretes	13	13
Alunos matriculados	13	11
Alunos egressos	6	6
Alunos desistentes	9	1
TOTAL	138	71

Fica evidente nesta tabela que o público-alvo que tivemos maior dificuldade de aplicar o formulário foram os professores e os alunos surdos desistentes. Em relação aos alunos desistentes tivemos dificuldades para localiza-los uma vez que estes não tinham mais nenhum vínculo com a instituição. Portanto não obtivemos contatos, nem referências para contatá-los. Em relação aos professores acreditamos que o fator geográfico dificultou o contato e a divulgação mais direta da pesquisa para este público, pois tínhamos que aplica-lo em seis *campus* do IF Sertão- PE (localizados em diferentes cidades e micro região).

4.2 Instrumentos de pesquisa

O instrumento de pesquisa adotado foi o questionário *online*. Para Gil (2008, p. 121) o questionário é “conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc”. Diante disso, compreendemos que este instrumento contemplaria nossas expectativas para os objetivos propostos.

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. (GIL, 2008, p.121)

Para Gil (2008, p. 122) os questionários têm muitas vantagens, porém, também apresenta limitações. Entre as vantagens o autor cita a possibilidade de participação de um grande número de pessoas, garante o anonimato das respostas e permite que as pessoas o respondam no momento em que o julgarem mais conveniente. Em relação às limitações relata a possibilidade do instrumento excluir pessoas que não sabem ler e escrever e não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolvam no devidamente preenchido.

Aplicamos ao todo quatro tipos de questionário, cada um destinado para um público específico (alunos, ex-alunos, professores, intérpretes). Os questionários foram elaborados por meio do *Google Forms* (Google formulário) e puderam ser aplicados sem nenhum custo. Optamos por este modelo, pois como tínhamos que aplica-lo para uma amostra populacional em seis *campus* do IF Sertão- PE (localizados em diferentes cidades e micro região) e para públicos distintos, este se mostrou um caminho mais viável, além de facilitar a análise dos resultados.

Para Freitas *et al* (2004, p. 3) um dos pontos positivos do questionário online é a rapidez

Com a Internet é perfeitamente possível lançar uma enquete no início do dia e divulgar seus resultados no mesmo dia. Os prazos para reprodução do questionário, preparação e envio do correio são reduzidos aos instantes necessários para enviar um correio eletrônico a uma lista de difusão. (FREITAS *et al* 2004, p. 3)

Além da rapidez, outro fator que contribuiu para a escolha desse modelo foi a economia (gastos financeiros), pois não houve a necessidade de deslocamento (espaço geográfico) nem de pagamentos de taxas para postagens (correio), pois enviamos os links dos respectivos questionários para o público alvo por e-mail ou WhatsApp.

Porém como qualquer outro instrumento de pesquisa este também apresenta seus pontos negativos. Para Freitas *et al* (2004, p. 7)

Um dos problemas frequentes é que diversos endereços eletrônicos atribuídos não estão mais ativos. Como consequência, a lista dos endereços efetivamente utilizáveis não cobre a população-alvo, e além disso, a não ativação da pesquisa pelos respondentes pode estar relacionada com o assunto da enquete.

Para tanto o autor recomenda que antes de iniciar a pesquisa seja assegurado uma taxa real de e-mails, assim como sensibilizar o público alvo para que estes deem o retorno dos questionários.

Para garantir a devolutiva dos questionários e termos uma significativa representatividade da amostra respondida de forma consciente, decidimos por aplicar para alunos surdos matriculados o questionário *online*, porém com o apoio de um conhecedor da libras, de forma que este pudesse assessorá-lo na interpretação ou dúvida inerente a L2. O questionário *online* também foi utilizado para professores, intérpretes e ex-alunos ao qual tivemos o apoio dos coordenadores e professores de libras das instituições para divulgação dos links e mobilização do público alvo.

Dessa forma, consideramos que esta pesquisa ora se apresenta como uma abordagem qualitativa e ora quantitativa, pois, corroboramos com Minayo (2001) quando afirma que “a pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado e com Santos Filho (2013) quando diz que a pesquisa quantitativa está baseada numa filosofia positivista que supõe a existência de fatos sociais como uma realidade objetiva.

Compreendemos então que esta pesquisa não pode, a partir do que se propõe, se restringir ao simples fato de quantificar, pois nem todos os dados obtidos poderão ser quantificados, mas sim analisados diante de uma abordagem centrada num paradigma compreensivo do fenômeno. Porém, não poderemos nos privar desta característica, uma vez que possibilitará obter maior objetividade em alguns aspectos analisados.

Optamos por uma pesquisa quanti-qualitativa, pois compreendemos como Minayo (2001) que a pesquisa qualitativa não se opõe a quantitativa, pelo contrário elas se complementam, uma vez que ambas podem interagir de forma dinâmica.

Importante ressaltar que a proposta de pesquisa através de questionários estruturados foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos, do IF SERTÃO-PE.

4.3 Produto Educacional

De acordo com as orientações e objetivos do Mestrado Profissional, o mestrando egresso deverá estar habilitado a desenvolver atividades de pesquisas relacionadas ao ensino, voltadas para a educação profissional e tecnológica, sendo capaz de desenvolver soluções que possam contribuir para a melhoria do ensino.

Nesse sentido, o desejo de construir esse material iniciou-se no decorrer das aulas do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica e desencadeou formalmente à medida que iniciamos a pesquisa com alunos surdos e professores e intérpretes do Instituto Federal do Sertão de Pernambuco.

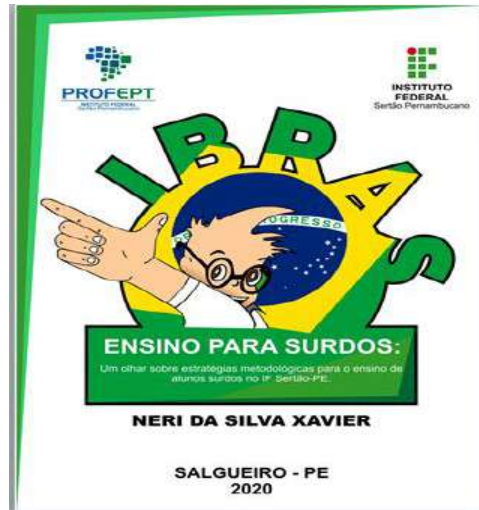
O produto final começou a se materializar à medida que começamos a receber as respostas dadas pelos professores, intérpretes, alunos e ex-alunos quanto as estratégias de ensino, práticas exitosas, procedimentos metodológicos e outras atividades pedagógicas relacionadas ao processo ensino e aprendizagem do estudante surdo.

À medida que íamos tendo a devolutiva dos questionários, percebíamos a necessidade de desenvolver um material que apresentasse sugestões metodológicas (que pudessem ser utilizadas em todas as áreas) para professores que ensinam a estudantes surdos, de forma que as aulas ministradas por estes, respeitem as singularidades de apreensão e construção de sentidos destes estudantes e que as sugestões elencadas neste material pudessem caracterizar-se na prática destes professores.

Procuramos ilustrar a cartilha com uma imagem que remetesse ao universo do surdo, por isso optamos por pelo desenho de um menino, simbolizando um estudante surdo e fazendo a configuração da letra L da palavra Libras, tendo como plano de fundo a bandeira do Brasil (caracterizando a Língua Brasileira de Sinais) . As cores da capa têm como base o verde e branco relacionada ao Instituto Federal e parte superior os símbolos do PROFEPT e do Instituto Federal do Sertão – PE (Figura 4).

A cartilha tem como título **ENSINO PARA SURDOS: Um olhar sobre estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos no IF Sertão-PE** e traz sugestões de práticas de ensino que explora a questão da pedagogia visual, relação professor e intérpretes, encaminhamentos para NAPNES, bem como, sugestões de filmes, livros, e outros materiais que tem como propósito orientar o professor no momento de planejar aulas para as turmas que tem alunos surdos inclusos.

Figura 4 – Capa da Cartilha



Fonte: Organizado pela autora 2020

A cartilha está organizada da seguinte forma: No capítulo 1 foram apresentadas algumas particularidades do surdo, o que faz parte da cultura dos mesmos e a comunidade surda. O capítulo 2 traz algumas estratégias de ensino voltadas para o aluno surdo, que podem ser utilizadas nas salas de aulas. O objetivo é ajudar estes alunos a compreenderem melhor o que está sendo trabalhado pelos professores e assim obterem um melhor desempenho. No capítulo 3, apontamos dicas e sugestões de alianças entre o professor e intérprete, compreendendo que o planejamento colaborativo pode favorecer nas escolhas e identificação das melhores estratégias. No capítulo 4 elencamos algumas atividades que podem ser desenvolvidas pelo NAPNE e concluimos com o capítulo 5 com algumas sugestões de filmes e livros que ajudarão o professor a conhecer melhor as particularidades do indivíduo surdo.

No decorrer da cartilha usamos algumas imagens ilustrativas que tem como foco promover a participação do leitor no decorrer da leitura, levando-o a refletir e instigá-lo com algumas curiosidades e mitos.







Figura 5 – Figuras da Cartilha



Fonte: Organizado pela autora 2020

A cartilha traz sugestões de filmes e livros, cujo objetivo é apresentar para o leitor um pouco sobre o indivíduo surdo, da cultura surda e o contexto que representam a comunidade e estão apresentados nas seções: Cine Professor e Professor leitor.

Figura 6 – Sugestões de filmes e livros

Cine Professor	Professor Leitor
<p>A música e o silêncio</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Martin (Howie Seago) e Mai (Emmanuelle Laborit) são os pais de Clara (Talara Triab), uma menina que passa a infância interpretando conversas para os pais que são surdos, já que ela escuta e é fluente na língua dos sinais. Clara se apaixona por música após ganhar um clarinete da tia, e se insere no mundo da música, que seus pais não podem participar. 	<p>O grito da gavota</p>  <ul style="list-style-type: none"> • https://drive.google.com/file/d/0B8U1A_puZUWUNYZfFOUuKLUw/view?ref=2&pli=1 • Emmanuelle Laborit
<p>Audorável Professor</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Em 1984 um músico (Richard Dreyfuss) decide começar a lecionar, para ter mais dinheiro e assim se dedicar a compor uma sinfonia. Inicialmente ele sente grande dificuldade em fazer com que seus alunos se interessem pela música e as coisas se complicam ainda mais quando sua mulher (Glenn Close) dá luz a um filho, que o casal vem a descobrir mais tarde que é surdo. 	<p>Despertar do Silêncio</p>  <ul style="list-style-type: none"> • https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Despertar-do-Silencio.pdf • Shirley Wilhava
<p>Quando Frankie</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Frankie não conhece seu pai porque sua mãe, Lizzie, fugiu do homem violento quando Frankie era apenas um bebê. Em vez de dizer a verdade para seu filho surdo, ela inventa uma mentira elaborada dizendo que seu pai é um mananhêiro mercante no navio Acora. 	<p>Ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos</p>  <ul style="list-style-type: none"> • https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Ensino-da-Lingua-Portuguesa-para-surdos-Caminhos-para-a-pratica-pedagogica-vol-1.pdf • Heroisa Maria Moreira Lima Sales / Enilde Faustich / Clene Lucia Carvalho / Ana Adeina Lopo Ramos
<p>Black</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Black é um filme indiano de 2005 falado em hindi e inglês indiano dirigido por Sanjay Leela Bhansali. Gira em torno de uma garota surdo-cega e seu relacionamento com o professor que mais tarde se desenvolve a doença de Alzheimer. 	<p>Estudos Surdos I</p>  <ul style="list-style-type: none"> • https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudos-Surdos-I-ParteA.pdf • RONICE MÜLLER DE QUADROS
<p>A linguagem do coração</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Final do século XIX, França. Marie Heurtin (Ariane Rivoire) é uma moça que nasceu cega e surda. Vivendo em seu próprio mundo, sem conseguir se comunicar, o pai dela a manda para um convento que cuida de crianças surdas. Entretanto, devido à falta de condições para tratá-la, a madre superiora (Brigitte Catillon) a recusa. Graças à insistência da irmã Marguerite (Isabelle Carré), que diz que pode cuidar dela apesar de seu problema de saúde, a madre superiora volta atrás em sua decisão. Só que fazer com que Marie aprenda questões básicas de higiene e convívio com outras pessoas não é uma tarefa nem um pouco fácil. 	<p>Ideias para ensino Português para surdos</p>  <ul style="list-style-type: none"> • https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/ideias-ensinar-portugues-alunos-surdos.pdf • Ronice Müller de Quadros / Magali L. P. Schmidt / Magali L. P. Schmidt
<p>O milagre de Anne Sullivan</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Baseado na vida real de Helen Keller, o filme conta a comovente história de Anne Sullivan, uma persistente professora, cuja maior luta foi a de ajudar uma menina cega e surda a adaptar-se ao mundo que a rodeava. O inevitável confronto com os pais de Helen, que sempre sentiram pena da filha, mantendo-a sem nunca lhe terem ensinado algo concreto, é abordado durante o filme. 	<p>Os papéis da intérprete de Libras na sala de aula inclusiva</p>  <ul style="list-style-type: none"> • https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Os-papeis-do-intérprete-na-sala-de-aula-inclusiva.pdf • EMELI MARQUES COSTA LETTE

Fonte: Organizado pela autora 2020

A referida cartilha contém 32 (trinta e duas) páginas e foi disponibilizada em formato de livro digital (PDF) para os professores e intérpretes e libras que participaram da pesquisa, em que os mesmos puderam avaliar e opinar sobre a mesma.

Avaliações da cartilha (professores e intérpretes do IF Sertão – PE)

“O documento se trata de um marco dentro da instituição e poderá auxiliar nossas práticas bem como pode servir de base para estudos e outras produções direcionadas à comunidade surda. Parabênzo à pesquisadora e orientadora por nos beneficiar com esse material. Em desdobramentos futuros sugiro atenção com fontes e cores, já que se pensando em práticas inclusivas, algumas combinações não são interessantes para quem tem baixa visão, por exemplo. No mais, achei o material excelente, urgente, pertinente e acessível! Parabéns!!” (Avaliador 1)

“Achei maravilhoso o conteúdo da cartilha, principalmente o destaque das informações principais que facilita a compreensão, apenas achei alguns erros: Na página 17 está escrito aulas de campos, acredito que seja aula de CAMPO; na pág. 22 diz para o professor fazer contato FÍSICO com o aluno surdo, mas acredito que queria dizer contato VISUAL; na página 27 tem a palavra contra turno, acho que a grafia certa é contraturno. Parabéns pelo trabalho, ainda sugiro fazer um resumo da cartilha em vídeo com janela de Libras e legenda”. (Avaliador 2)

“Gostei muito da cartilha, bem fundamentada, ilustrada, objetiva. Está linda! Tenho apenas duas considerações a fazer:

- 1) a ilustração de capa parece a simbologia bolsonarista. Sugiro escolher outra simbologia. É uma sugestão com total sinceridade e respeito.*
- 2) senti falta de orientações mínimas para a instituição em si. Infelizmente a ação docente só ocorre quando eles são sensíveis à causa e isso não é uma normalidade. Desse modo, haver um tópico que oriente a instituição a também se sensibilizar, a traçar diretrizes para a educação surda no IF Sertão Pernambucano, que oriente a proreitoria e as direções de ensino, para daí apontarmos mudanças aos professores. A instituição também deve ser responsabilizada e orientada nesse processo.*

No mais meus parabéns”. (Avaliador 3)

“Gostei da cartilha, porém acredito de que poderia ser mais especializada, inclusive acredito ser necessário também mencionar a disparidade entre os tradutores/intérpretes

de nível de classificação D e E e o fato das redes federais não situarem esses profissionais, ora são de concursos de nível médio com remuneração de um técnico, mas com responsabilidade de um docente, demonstrando a desvalorização inclusive salarial, sendo que os efetivos ganham bem menos (remuneração de um técnico em educação) do que um contratado (remuneração de pessoa com nível de classificação E)". (Avaliador 4)

"Excelente material, bastante didático, farei bom uso". (Avaliador 5)

"O material criado com certeza irá contribuir com a educação dos surdos, não somente na rede federal, mas aos que tenham acesso. Excelente material, Parabéns pelo trabalho desenvolvido". (Avaliador 6)

"Obrigado pela cartilha, vai me ajudar muito. Comecei a fazer um curso de LIBRAS via EAD, e estou aprendendo bastante. A profª de LIBRAS do campus já se dispôs a me ajudar, já que temos uma aluna surda. Mais uma vez, obrigado pela cartilha". (Avaliador 7)

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em toda a pesquisa foram aplicados quatro tipos de questionários, cada um destinado para um público específico (alunos, ex-alunos, professores e intérpretes). Os questionários foram elaborados por meio do *google forms* (Google formulário) e os gráficos foram gerados automaticamente pelo aplicativo.

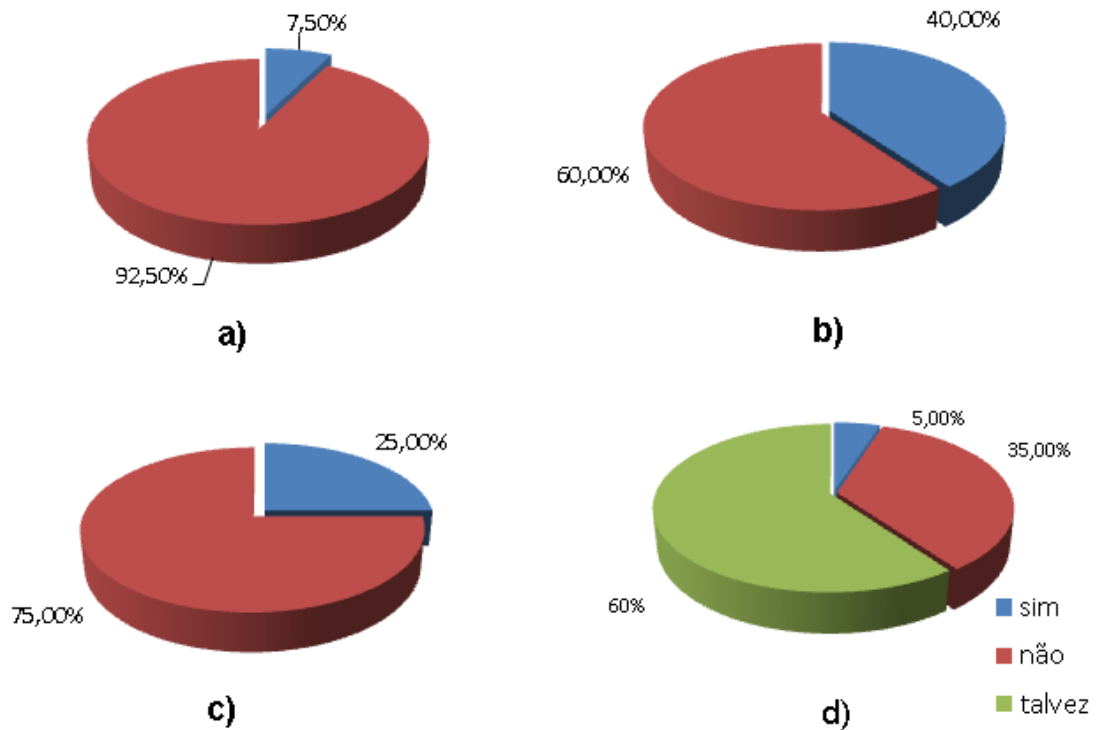
5.1 Diagnóstico da educação de surdos, sob o olhar do docente

A pesquisa entre os docentes do IF SERTÃO-PE envolveu 40 professores lotados em seis, dos sete *campi* da instituição. O único *campus* que não foi contemplado foi o de Serra Talhada, pois declarou ainda não ter experiência de ensino com alunos surdos.

Ao todo foram sete perguntas, todas direcionadas ao ensino e aprendizagem do estudante surdo. Os percentuais apresentados nos gráficos mostrados na Figura 7 referem-se ao resultado das quatro perguntas iniciais. Na primeira pergunta, que questionava se os professores sabiam ou não se comunicar em Libras, mais de 90% dos entrevistados afirmam que não sabem se comunicar em Libras (7.a). Isto revela que apesar dos esforços do *campus* em desenvolver projetos e cursos na área da Libras, é perceptível a dificuldade que os docentes apresentam neste campo.

A questão 2 refere-se a curso, formação ou capacitação na área de surdez. Apesar do gráfico 7.a revelar um número expressivo de professores que não sabem libras, o gráfico 7.b demonstra que mesmo diante das dificuldades da Língua em questão, uma quantidade expressiva de professores (40% dos entrevistados) tem procurando se capacitar na área de surdez.

Figura 7- Percentual de respostas afirmativas e negativas ao questionário aplicado aos professores: a) sabem se comunicar em Libras?; b) capacitação na área de surdez; c) Antecipação do planejamento para o intérprete de Libras; d) Os cursos oferecidos pelo IF Sertão – PE contemplam as necessidades dos estudantes surdos?



Fonte: Autora, 2020

A partir da terceira questão, direcionamos as perguntas para os aspectos metodológicos do planejamento do professor. A terceira pergunta trata da antecipação do planejamento prévio do professor para o intérprete de Libras. Não existe oficialmente uma determinação expressa na nossa legislação que trate da obrigatoriedade do professor compartilhar antecipadamente seu planejamento com o intérprete de Libras do estudante surdo, porém compreende-se que se o intérprete tiver o conhecimento prévio dos conteúdos, este poderá melhorar a criação de estratégias que facilitem o ato de interpretar, conforme Kotaki e Lacerda (2018. p. 215). Porém esta pesquisa revela que mais de 75% dos professores NÃO antecipam o envio do seu planejamento para o intérprete (Fig. 7.c).

A quarta pergunta questionava qual a melhor estratégia utilizada pelo professor para ensinar o estudante surdo. Antes de discorrermos em algumas respostas dadas pelos professores, vejamos o que pesquisadores falam sobre a educação dos surdos, o currículo e a valorização da cultura visual dos estudantes surdos.

Essa centralidade da visualidade precisa, na educação de surdos, perpassar pela elaboração do currículo, pelas estratégias didáticas, pela organização das disciplinas, com envolvimento de elementos da cultura artística, da cultura visual, do desenvolvimento da criatividade plástica e visual pertinentes as áreas visuais, além do aproveitamento dos recursos de informática, fortemente visuais, favorecendo, assim, uma valorização da concepção de mundo constituída por meio da subjetividade e da objetividade com as “experiências visuais” dos alunos (LACERDA *et.al.* 2018, p. 190).

Veremos abaixo que alguns professores compreendem que a questão da visualidade é importante para os estudantes e as utiliza nas suas práticas diárias, conforme pode ser observado em alguns depoimentos transcritos a seguir.

“Recursos visuais, uso de imagens e detalhamento de termos técnicos”. (Relato de professor na pesquisa)

“Disponer de material em vídeo com legenda e texto diversos” (Relato de professor na pesquisa)

“Não considero que tenho a melhor estratégia, estamos nos aprimorando a cada necessidade do perfil do aluno surdo, pois temos dois alunos no ensino médio com idades diferentes e perfil de aprendizado diferente também. Adequamos à metodologia e o material com antecedência em parceria com a intérprete em sala de aula”. (Relato de professor na pesquisa)

“Adaptação de conteúdos e atividades de forma que tenha ganho para o aluno” (Relato de professor na pesquisa)

“Slides(TV)” (Relato de professor na pesquisa)

“Acredito que o trabalho com o Ensino Híbrido pode facilitar bastante não apenas aos alunos, mas também a todos os demais, pois permite que os estudantes recebam os materiais com antecedência, estudem e participem das aulas com dúvidas e de forma mais efetiva. Além disso, procuro elaborar materiais didáticos para proporcionar os mais adequados para os discentes”. (Relato de professor na pesquisa)

“O uso de imagens como complemento das explicações”. (Relato de professor na pesquisa)

*“Utilizar materiais disponibilizados com antecedência e suporte do intérprete de Libras”
(Relato de professor na pesquisa)*

“Tentar não lecionar tão rápido, a fim de facilitar a atuação do intérprete e, por consequência, do surdo”. (Relato de professor na pesquisa)

“Uso de imagens e aproximação no trato pessoal”. (Relato de professor na pesquisa)

“Estar em contato com o interprete para identificar dificuldades a serem sancionadas. Falar devagar e incluir atividades em grupo para melhorar a interação do aluno com os colegas”. (Relato de professor na pesquisa)

“Tentar me comunicar com o mínimo de conhecimento de LIBRAS que possuo” (Relato de professor na pesquisa)

“Buscar vídeos com legenda. Buscar aprender Libras”. (Relato de professor na pesquisa)

É importante destacarmos que alguns educadores ainda tem uma visão equivocada do ensino para o estudante surdo. Por exemplo, falar rápido ou devagar na tentativa do aluno fazer leitura labial não vai influenciar muito o processo, o importante é compreender realmente os aspectos da visualidade e da libras para os estes estudantes.

Na quinta questão, quando questionados se acreditam que os cursos técnicos e profissionalizantes oferecidos pelo Instituto Federal contemplam as reais necessidades dos alunos surdos, grande parte ainda tem dúvidas, apenas uma pequena parcela acredita atender as necessidades dos estudantes (Fig. 7.d).

A sexta questão complementa a pergunta anterior à medida que questiona o que poderia ser feito para melhorar esse atendimento. As respostas variam, muitos sugerem cursos e formações para os professores que trabalham com alunos surdos.

“Capacitação dos professores para comunicação básica em libras. Acho que poderíamos ter também alguma orientação, por exemplo, eu não sabia que deveria passar o conteúdo antes para a intérprete (pela primeira vez este semestre tenho uma aluna surda). Confesso que fico um pouco perdida em como posso integrar essa aluna à turma, nas minhas aulas, e isso me envergonha”. (Relato de um professor na pesquisa)

Outros acreditam que é importante a instituição promover reuniões direcionadas para a elaboração de estratégias. Outros, porém, demonstram que a dificuldade

está no professor em mudar ou adaptar suas estratégias e sua metodologia de ensino, por mais que já tenha o conhecimento da importância destas mudanças.

“Acho que minha opinião não é a melhor referência, o núcleo daqui deu orientações para os professores, a maioria eu não tive dificuldade em seguir, mas acho que outros professores tiveram, nós professores às vezes estamos muito presos aos métodos antigos aprendidos e são tantas cobranças burocráticas, mal dá tempo pra gente se preparar e elaborar novas estratégias em sala. Não só os alunos surdos como aqueles que tem outras deficiências e mesmo os que não tem deficiência, passam por dificuldades no aprendizado, porque é difícil para os professores mudar métodos e concepções de ensino já fixadas na mente”. (Relato de um professor na pesquisa)

Outros sugerem a criação e divulgação e recursos pedagógicos para o ensino de estudantes surdos, como a criação de glossário para os termos técnicos e específicos das diferentes áreas, como outros recursos.

“Desenvolvimento de tecnologias para a educação inclusiva ao surdo: planejamento e execução de ações como inclusão de legenda em vídeos didáticos; cursos na área de TI para a surdez (apps tradutores de libras, softwares e técnicas para inclusão de legenda em vídeos); capacitação para os professores compreenderem os motivos da escrita dos surdos pela conscientização dos problemas educacionais que os fazem ter essa dificuldade pelo não atendimento da educação bilíngue (essa é uma preocupação particular devido já ter discutido o assunto com professores que depreciam o aluno surdo por "não saberem escrever"). (Relato de um professor na pesquisa)

Na sétima questão, solicitamos que os professores respondessem, a partir de sua prática de ensino como professor da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Sertão – PE nas salas inclusivas que tem aluno surdo, a cada uma das afirmações sugeridas. As opções de respostas eram: nunca, ocasionalmente ou frequentemente. Vejamos na tabela abaixo a quantidade de respostas para cada afirmação, dentre os 40 entrevistados.

A partir da Tabela 3 e das respostas anteriores, percebemos que existe uma preocupação dos docentes em facilitar a aprendizagem do aluno surdo, porém esses precisam ser melhor orientados, principalmente em alguns pontos específicos da pesquisa, como por exemplo no item 3.1 (Tabela 3), ao percebermos que apenas 50% dos professores entrevistados antecipam o planejamento para o intérprete. Sabemos que esta antecipação do planejamento é de extrema importância, pois proporcionará ao intérprete um tempo para estudo e assim melhorar sua atuação na hora da aula.

Tabela 3 – Escala da prática de ensino

Item	Nunca	Ocasionalmente	Frequentemente
3.1- Procura passar antecipadamente meu planejamento para o intérprete.	20	10	10
3.2- No planejamento diário, procuro desenvolver atividades que contemple a visualidade.	08	14	18
3.3- Dou prioridade às aulas de campo/laboratório.	13	19	08
3.4 – Dou prioridade as aulas expositivas	07	10	23
3.5 – Favoreço a interação do aluno surdo com ouvintes.	11	12	17
3.6 – Utilizo materiais concretos.	09	19	12
3.7- Exijo escrita na norma padrão da Língua Portuguesa, dos meus alunos surdos.	18	16	06
3.8 – Avalio a escrita de meu aluno surdo considerando a Língua Portuguesa como segunda língua	16	13	11
3.9- Procuro criar vínculos amistosos com os alunos surdos.	06	03	31
3.10 – Procuro interagir com os profissionais do NAPNE, no sentido de favorecer uma melhor aprendizagem para o aluno.	09	14	17

Já em relação à visualidade (item 3.2 da Tabela 3), vimos que um quantitativo relevante de professores compreende a importância dessa prática para os estudantes surdos (45% dos entrevistados já tem essa prática). Porém 20% afirmam que não usam essa metodologia, o que nos faz refletir novamente sobre a importância do

campus em desenvolver projetos de capacitação para os professores voltados para Educação de estudantes surdos.

Segundo Lacerda *et al* (2018, p. 186) os “surdos se encontram imersos no mundo visual, portanto não basta apenas apresentar os conteúdos em Libras, é preciso utilizar todas as potencialidades visuais dos surdos”. Compreende-se que mesmo existindo um arsenal de leis, que garantam a acessibilidade do surdo, como por exemplo, garantir a este um intérprete de língua de sinais nas salas em que os alunos estão incluídos, este fator não é condicionante da aprendizagem destes estudantes. Os surdos são sujeitos visuais e constroem seus conhecimentos fazendo uso desta potencialidade sensorial.

Para Campello (2008, p. 141),

na vida cotidiana os surdos adquirem e operam gradativamente os signos visuais como alguma coisa muito íntima, despertando a sua consciência interna, já no momento do nascimento e do desenvolvimento da linguagem, como uma vara mágica ao tocar na sua cabeça. Os signos visuais, com os próprios olhos, são como uma música visual, assim como os ouvintes quando ouvem os primeiros sons.

A autora desenvolve pesquisa sobre a semiótica imagética que é o campo que explora a visualidade como aspecto da cultura surda e a cultura do olhar, daquilo que pode ser apreendido pela experiência visual.

Experiência visual significa a utilização da visão, (em substituição total à audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura (PERLIN e MIRANDA, 2003, apud STROBEL, 2018, p. 45).

Outro ponto que merece nossa atenção é o ponto 3.5 (Tabela 4) que trata da interação entre os estudantes surdos e ouvintes. Onze professores (27,5%) afirmam que nunca tiveram essa preocupação e 30% afirma que ocasionalmente promovem essa interação, ou seja, apenas 42,5% tem essa prática. Sabemos que a interação entre ouvintes e surdos no ambiente escolar é fundamental para que estes se sintam verdadeiramente incluídos no espaço escolar, além de melhorar e facilitar a apreensão do processo educativo destes educandos, conforme pesquisa realizada por Freire (2016, p. 28). A pesquisadora defende práticas metodológicas respaldadas na visão sociointeracionista de aprendizagem, segundo a mesma, esta prática se diferencia das

demais pela “ampliação do foco de atenção para incluir tanto o professor quanto alunos interagindo em um contexto de ação, nesse caso, a sala de aula” (idem).

O ponto 3.7 (Tabela 4) nos aponta que 45% dos entrevistados não exigem a escrita padrão da Língua Portuguesa para os estudantes surdos e 40% afirmam que ocasionalmente cobram a L2 segundo a norma padrão.

É fato que muitos estudantes surdos chegam ao Ensino Médio ou Ensino Superior com grandes dificuldades na escrita da Língua Portuguesa, porém temos ciência que esta não é a língua materna desse estudante. Se o aluno surdo não tiver um ensino bem direcionado no início da sua vida escolar, este vai apresentar ao longo de toda sua trajetória estudantil, essa defasagem na Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Para Lodi (2018, p. 178), o processo de alfabetização do aluno surdo na segunda língua deve ser iniciado contextualizando as palavras, que fazem parte do conhecimento adquirido pelo estudante surdo no seu cotidiano escolar e familiar, pois para a autora “não podemos ser ingênuos em pensar que as palavras reconhecidas em determinados contextos e o ensino-aprendizagem de outras (de forma isolada) possibilitarão a leitura/compreensão de textos” (id. Ibid.). Outra sugestão dada pela autora é a leitura de figuras como base para a construção de histórias para que a criança surda compreenda que a leitura é um “processo de compreensão ativa” (id. p. 179).

Percebemos então, que existe todo um processo para que o aluno surdo apreenda a L2 na modalidade escrita. Porém, diante da dificuldade, uma vez que esta não é sua língua materna, é necessário que “as escolas se adequem às questões linguísticas apresentadas pelos surdos e concedam a estes o espaço de se comunicar, apresentar trabalhos e fazer avaliações usando a Libras” (BARROS, 2018, p. 79).

Para Lacerda *et al* (2018), “a escola, em geral, está presa ao texto didático como caminho único para a apresentação de conceitos, e este caminho tem se mostrado pouco produtivo quando se pensa na presença de alunos surdos em sala de aula”. Mas como preparar aulas que contemplem os aspectos da visualidade dos estudantes surdos? Para estes autores, se o professor introduzir no seu planejamento diário estratégias de ensino que promovam os aspectos visuais, como um trecho de filme, mapas

conceituais e uma boa apresentação de *slides* são exemplos de aulas que podem favorecer a aprendizagem destes estudantes.

A promoção de mudanças no planejamento e fazer pedagógico também é defendido por Strobel (2018) que diz que

Foi aprovada uma lei, porém cabe perguntar o que constava nela: permitir aos sujeitos surdos o acesso ao ensino regular? Mas onde estavam os professores preparados? Qual era a infraestrutura das portas que eram abertas ao povo surdo nas escolas? O problema é que essas escolas ainda não respeitam essa advertência e continuam tratando os sujeitos surdos como os demais alunos (STROBEL, 2018, p. 124).

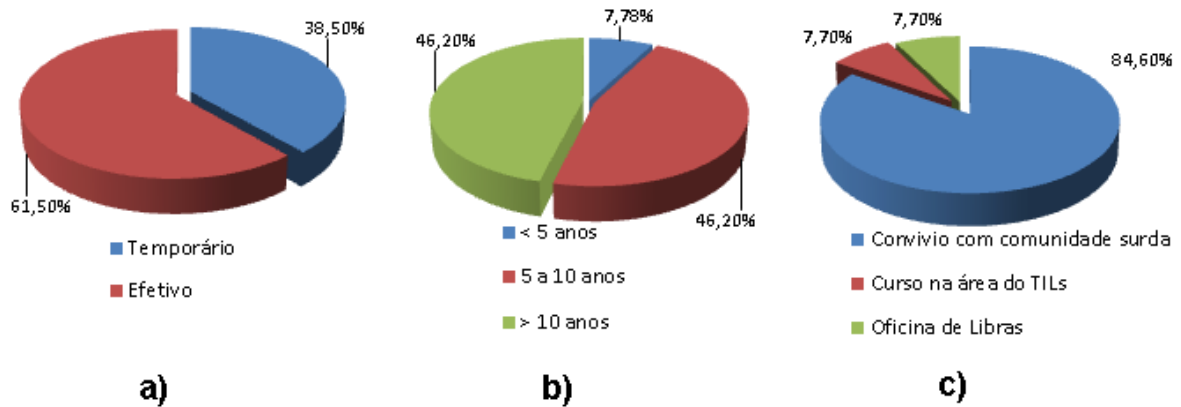
No item 3.10 (Interação do professor com o NAPNE) 22,5% dos entrevistados nunca procuraram interagir com os profissionais do NAPNE e 47,5% procuram ocasionalmente. Nesse ponto vale salientar que o campus precisa reforçar a importância deste núcleo para o atendimento dos estudantes com deficiência, sendo que a principal de suas funções é desenvolver ações que visem a inclusão dos mesmos. Portanto, os professores devem procurar apoio neste núcleo sempre que tiver alguma dificuldade nesse processo ou realizar alguma adaptação ou intervenção pedagógica.

O resultado desse formulário evidencia a necessidade do *campus* viabilizar ações que promovam a capacitação dos professores para a inclusão dos estudantes surdos no ensino técnico, bem como a necessidade de consolidar as ações voltadas para o ensino do estudante surdo em todo o *campus*.

5.2 Diagnóstico da educação de surdos, sob o olhar do intérprete

O questionário do intérprete foi encaminhado para 13 profissionais da área que atuam nos sete *campi* do IF SERTÃO-PE. A primeira pergunta questionava qual o vínculo empregatício com o IF Sertão – PE. No gráfico apresentado na Figura 8.a. notaremos que mais de 60% dos intérpretes que atuam nos Institutos do Sertão de Pernambuco tem vínculo efetivo. Isso nos mostra que há uma preocupação dessa instituição em manter um quadro fixo desse profissional.

Figura 8 - Respostas dos intérpretes de Libras do IF Sertão – PE: a) tipo de vínculo com a instituição; b) tempo de atuação profissional; c) aprendizagem da libras



Fonte: Autora, 2020

A segunda pergunta questionava o tempo de atuação profissional como intérprete (Fig. 8.b). Vimos que 7,78% dos entrevistados possuem menos de 5 anos de atuação como intérprete de Libras. Os demais estão entre 5 e 10 anos e mais de 10 anos. O que nos demonstra que a maioria desses profissionais que atuam no IF Sertão – PE tem experiência na área.

A terceira pergunta questiona como o intérprete aprendeu libras. O gráfico 8.c nos mostra que a grande maioria aprendeu libras convivendo com a comunidade surda, o que nos leva a compreender que, apesar do valor e da importância dos cursos de libras, conviver e interagir com a comunidade surda é um dos caminhos mais utilizados, pelos profissionais da área, para o propósito de aprender essa língua.

Na quarta questão, solicitamos que os intérpretes a partir de sua atuação na área no IF Sertão PE, nos respondessem a partir de uma escala a frequência para cada uma das afirmações sugeridas. A escala era: Nunca – Ocasionalmente – Frequentemente. Vejamos na Tabela 4 a quantidade de respostas para cada afirmação, dentre os 13 entrevistados.

Diante do resultado apresentado (Tabela 4), alguns pontos merecem destaque. O ponto 3.2 trata do planejamento colaborativo entre professor e intérprete. Nesta pesquisa, 69.2% dos intérpretes afirmaram que nunca participaram do planejamento de uma aula com o professor.

Tabela 4 – Escala da prática de interpretação

Item	Nunca	Ocasionalmente	Frequentemente
3.1- Colaboro com os professores na escolha de uma metodologia mais adequada.	3	6	4
3.2- Participo do planejamento de aula do professor.	9	3	1
3.3- Preparo recursos didáticos que favoreçam a compreensão dos alunos surdos	4	4	5
3.4- Solicito ao professor, sempre que necessário, a repetição/explicação do conteúdo.	0	5	8
3.5 – Sempre acompanho o aluno nas aulas de campo ou laboratório.	0	1	12
3.6 – Participo de formações na minha área oferecidas por meu Instituto.	2	2	9
3.7- Os professores tem total confiança no meu trabalho	1	8	4
3.8-Participo das reuniões de pais e mestres.	10	3	0
3.9- Procuro criar vínculos amistosos com os alunos surdos.	0	3	10
3.10- Ofereço apoio nas dificuldades encontradas nas atividades fora do meu expediente de aula.	1	3	9

Fonte: Autora, 2020

Esse é um ponto que precisa ser revisto com os profissionais envolvidos do *campus*, uma vez que na busca pela efetivação da inclusão e participação dos estudantes surdos é preciso haver a compreensão de que todos os envolvidos na comunidade escolar fazem parte desse processo. Conforme Oliveira,

Desse modo, uma escola com pressupostos inclusivos necessariamente deve estar pautada em uma ação coletiva e se propor à reflexão permanente. Vivendo no “princípio da incerteza” como tudo na sociedade contemporânea, necessita de instrumentos que viabilizem este vir-a-ser contínuo. Entre esses instrumentos que possibilitam a efetivação de uma proposta educacional inclusiva, levando em consideração o que se argumentou até o momento, particularmente em relação à

formação continuada do educador nesse processo, apontamos o diálogo no ambiente escolar como um recurso mais provável para a efetivação da formação profissional permanente, construída coletivamente (OLIVEIRA, 2009, apud Barros, p. 34).

Compreende-se então que diante do princípio da inclusão, estreitar os laços entre professor e intérprete é extremamente importante, quando se trata da aprendizagem do estudante surdo.

Outro ponto que precisamos discutir é o 3.7 (Tabela 5). Entre os 13 intérpretes entrevistados apenas 4 (30,7%) afirmaram que os professores frequentemente tem confiança no seu trabalho, os demais já passaram por algum tipo de desconfiança por parte do professor. Esse dado nos revela que falta estreitar laços de parceria entre esses dois profissionais no ambiente de trabalho. É preciso que haja um trabalho no *campus* voltado para o planejamento colaborativo entre estes. Além disso, seria importante o *campus* desenvolver uma ação de cunho informativo, que tenha como foco as atribuições do intérprete em sala de aula e seu código de ética que rege o trabalho deste profissional e principalmente a importância desse profissional no processo educacional dos estudantes surdo. Nesse sentido é fundamental que haja confiança e parceria entre o professor e intérprete.

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).(MEC, 2004).

Outro item que merece nossa atenção é o item 3.8 (Tabela 4). Dez intérpretes (76,9%) afirmaram que nunca participaram de uma reunião de pais e mestres. Diante desse fato podemos questionar: O *campus* está realizando esse encontro? Caso esteja realizando, porque os intérpretes não estão participando? Vale salientar que a parceria família e escola e de todos os envolvidos nesta, são de extrema valia para a participação, inclusão e desenvolvimento dos nossos estudantes.

Percebemos a partir deste formulário que apesar do trabalho que já vem sendo realizado no *campus* na busca por um ensino mais inclusivo, algumas ações ainda precisam ser revistas e outras encaminhadas para que o propósito da educação inclusiva para os estudantes surdos possa-ser verdadeiramente efetivado.

Na quinta questão indagamos sobre a maior dificuldade no âmbito das salas inclusivas, na atuação como profissional Tradutor/Intérprete de Libras. As respostas variaram muito. Alguns citaram a questão de interpretar em alguns componentes curriculares por conta dos termos técnicos sem sinais específicos.

“Interpretar aulas muito técnicas que exigem terminologia específicas e dificilmente encontramos na Língua de Sinais”. (Relato de intérprete na pesquisa)

Fazer a interpretação de termos técnico. Pois não tem sinal (Relato de intérprete na pesquisa)

Falta muito apoio, no sentido de formações, de estar junto aos professores, no âmbito federal são muitos termos técnicos. (Relato de intérprete na pesquisa)

Outros expressaram dificuldades em interpretar aulas sem uso de recurso visual adequado e falta de diálogo na construção de um planejamento mais adequado para esse público.

“Diálogo nas estratégias metodológicas voltadas para os surdos. Falta de recursos visuais e compreensão por parte dos colegas que como profissional estou naquele espaço educacional para proporcionar comunicação e interação professor aluno / aluno professor e não como bloqueio ou barreira que impeça o ensino aprendizagem”. (Relato de intérprete na pesquisa)

Grande parte demonstrou que a dificuldade era não ter o não acesso ao planejamento do professor antecipadamente para que este pudesse melhor planejar suas estratégias de interpretação.

“Receber o material das aulas com antecedência para poder estudar e viabilizar a melhor estratégia de tradução durante as aulas”. (Relato de intérprete na pesquisa)

“Não ter acesso ao conteúdo com antecedência” (Relato de intérprete na pesquisa)

“Quantidade excessiva de trabalho sem pausa para descanso e sem revezamento, não ter acesso com antecedência ao conteúdo das aulas, a maioria dos outros profissionais na área de educação não entendem como é nosso trabalho”. (Relato de intérprete na pesquisa. Grifo nosso)

A disponibilidade do conteúdo antecipado. (Relato de intérprete na pesquisa)

Foi citado também a dificuldade de interpretar para estudantes surdos que apresentam dificuldades na leitura e escrita da L2, como também na própria língua a Libras.

“A maior dificuldade atual é a aluna não saber Libras e não saber ler e escrever. A escrita acontece de maneira mecânica sem significado para a aluna”.

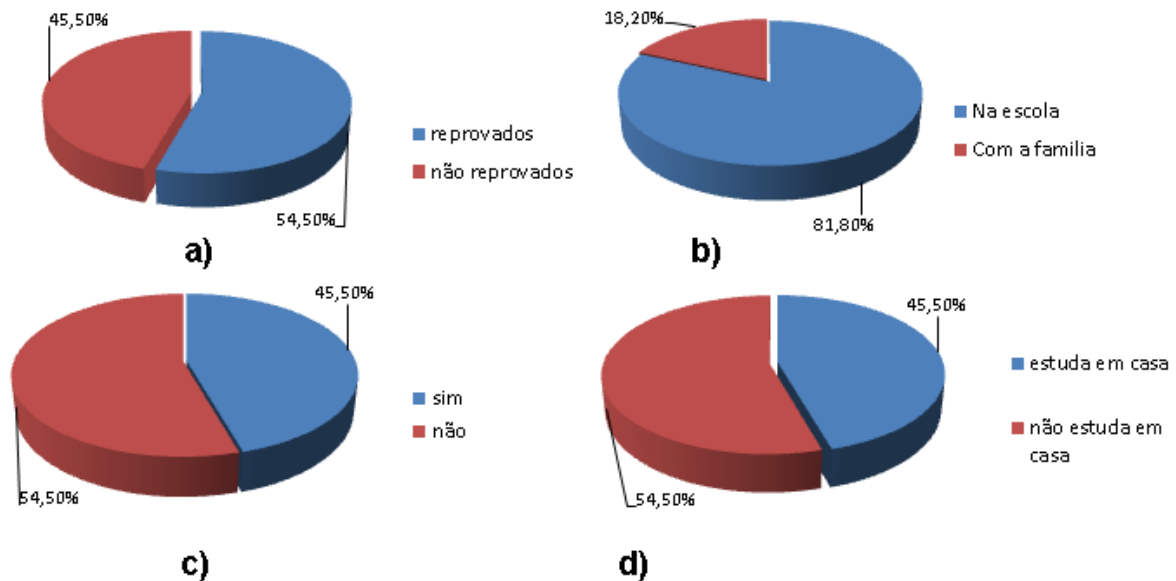
Percebemos a partir desse formulário que apesar do trabalho que já vem sendo realizado no *campus* na busca por um ensino mais inclusivo, algumas ações ainda precisam ser revistas e outras encaminhadas para que o propósito da educação inclusiva para os estudantes surdos possa ser verdadeiramente efetivado.

5.3 Diagnóstico da educação de surdos, sob o olhar do aluno surdo

Atualmente o IF Sertão – PE possui 13 estudantes surdos matriculados, distribuídos em 6 *campi*. Destes, 11 responderam o formulário da pesquisa, sendo o gênero masculino o que prevaleceu (72,7%). Destes, 54,5% estão com a idade entre 20 a 25 anos. Esse dado nos mostra uma distorção Idade X Série, principalmente se considerarmos o fato de que dos 13 (treze) estudantes matriculados no IF Sertão – PE, 6 (seis) estão no médio integrado (Tabela 1) e com esta idade os mesmos já teriam que estar em outra etapa de ensino.

O resultado apresentado pode estar relacionado ao resultado do gráfico 9.a, no qual se constata que 54,5% dos entrevistados já foram reprovados em alguma etapa da sua vida estudantil.

Figura 9 – Percentual de respostas dadas por alunos surdos matriculados: a) reprovação entre estudantes surdos entrevistados; b) forma como aprenderam Libras; c) conhecimento da Libras pelos familiares; d) estudo em casa.



Fonte: Autora, 2020

Segundo Freire (2016, p.25), o índice negativo na vida escolar dos estudantes surdos acontece porque, a estes estudantes, são impostos conteúdos programáticos na Língua Português e o resultado tem sido o fracasso, a frustração, o isolamento e evasão escolar. Nesse sentido, para a autora “se o fracasso existe, ele tem de ser enfrentado a partir de uma proposta nova calcada nas reais necessidades do aprendiz surdo”:

Na prática, a escola se transformou para muitos em uma instituição na qual sentimentos de esperança e frustração vivem lado a lado. É a partir dessa constatação que colocamos o foco de nossa análise na questão da educação formal da criança ou adulto surdo, a qual atravessa hoje um momento crítico já que, incontestavelmente, muitos desses aprendizes estão atrasados em sua escolaridade em relação a aprendizes ouvintes em todos os componentes do currículo de primeiro e segundo grau (FREIRE, 2016, p. 25).

Outro ponto que pode estar correlacionado com os anteriores é o fato de que muitos destes estudantes não desenvolvem sua língua materna (Libras) no tempo correto. O gráfico 9.b nos revela que 81,8% dos entrevistados aprenderam libras ao iniciar

sua vida escolar (entre 7 e 8 anos) com os professores de libras e intérpretes, apenas 18,2% aprenderam no seio familiar.

A criança surda ao nascer tem sua língua materna (Libras) que será desenvolvida através das interações sociais com pessoas que dominem a língua (familiares, comunidade surda, professor de libras, etc.). Para Strobel (2018, p. 53), “a língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo”. Em outras palavras,

quando um bebê nasce surdo, ele desenvolve inicialmente as mesmas fases de linguagem que um bebê ouvinte: grito de satisfação, choro de dor e fome, sons sem significados, até mais ou menos seis meses de idade. Quando chega a fase de balbúcio é que começa a ser diferenciado de outro. Porque o bebê ouvinte, podendo ouvir os sons do ambiente ao redor de si, tenta se comunicar emitindo sons, enquanto o bebê surdo, não ouve sons do ambiente e, por isto, as primeiras “palavras” não surgem. Conseqüentemente, fica com a aquisição de linguagem atrasada e limitada por falta de continuidade e acesso aos conhecimentos e informações externas. (STROBEL, 2018, p. 53 – 54).

Ao apropriar-se da sua própria língua poderá ser iniciado o processo de alfabetização da L2 na modalidade escrita e nesse processo a criança surda fará suas reflexões da escrita tendo como base a sua língua materna.

A escolha da primeira língua do aprendiz como língua de instrução não deve, no entanto, ser encarada como o reconhecimento de uma deficiência por parte do aprendiz, uma minimização de sua capacidade intelectual, mas sim, como uma estratégia de como melhor alcançar os objetivos estabelecidos (FREIRE 2016, p. 30).

O fato é que a maioria destes estudantes não desenvolveu a Libras no seio familiar porque esta não buscou fomentar nas relações familiares essa comunicação. Muitos destes surdos convivem em famílias que não tem o conhecimento de sinais básicos da libras e limitam a comunicação com a pessoa surda usando apenas gestos e leitura precária de lábios, conforme podemos observar no gráfico 9.c. Sabemos ainda que muitos destes familiares não buscam aprender a libras por não aceitar a surdez do filho (muitos passam por um processo de luto e buscam de todas as formas a “normalidade”), por falta de informação ou mesmo de um diagnóstico em tempo hábil.

Segundo Barros (2019, p.20) o desconhecimento da libras por parte da família leva ao isolamento da pessoa surda “não somente nas instituições de ensino, mas em diversos espaços; um deles é o ambiente familiar, no qual a interação deixa de existir em virtude do desconhecimento em relação à língua”

Para Moura, Lodi e Harrison (1997, apud STROBEL, 2018, p. 54), “os sujeitos surdos que têm acesso à língua de sinais e participação da comunidade surda possuem maior segurança”. Essa mesma concepção é corroborada por Peixoto (2006, apud Santana 2007, p. 195) que afirma que “a língua de sinais constitui um apoio, um lugar de reflexão e de atribuição de sentido ao texto escrito, no qual a palavra escrita é o resultado de um diálogo entre os elementos e as características dos dois sistemas da língua”.

Esse resultado indica a importância do IF Sertão PE, enquanto instituição que busca promover a inclusão dos seus estudantes não somente dentro da própria instituição, mas em todos os ambientes aos quais os mesmos estejam, expandir a oferta de cursos na área de libras para a comunidade no geral e principalmente para os familiares das pessoas surdas.

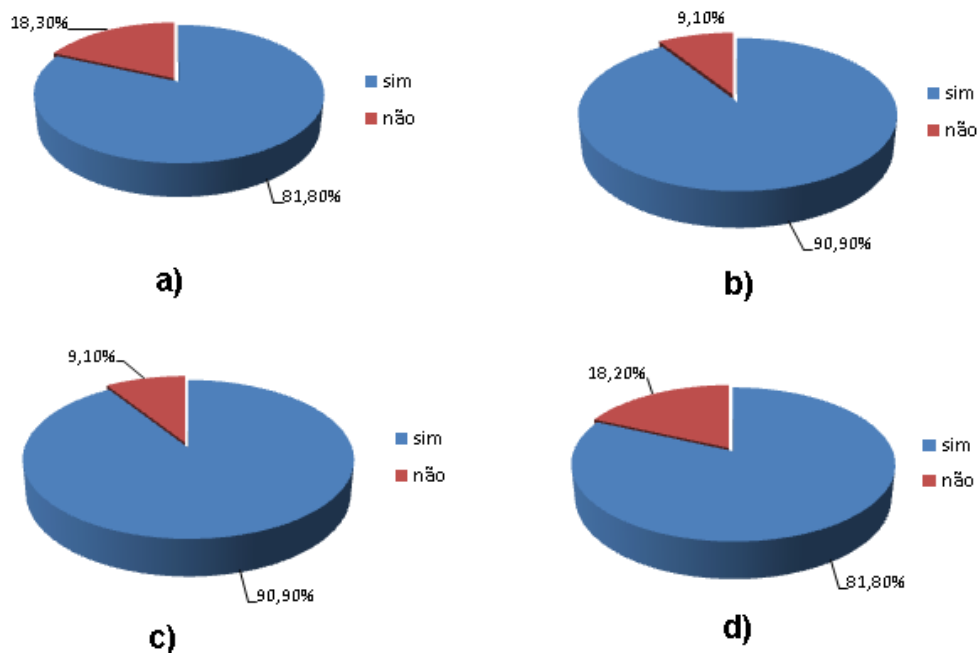
Apesar dos gráficos 9.b e 9.c nos mostrarem um desconhecimento da libras por parte da família, 80% dos próprios alunos relataram que seus familiares acompanham o desempenho destes na escola. Porém, o gráfico 9.d nos mostra que a maioria não tem o hábito de complementar seus estudos em casa (pesquisar, ler, fazer atividades sozinho, etc.). Este fato pode estar relacionado com as dificuldades de ler textos na L2 como também com a dificuldade em fazer cálculos, pois dos 11 (onze) entrevistados, 4 (quatro) afirmaram ter dificuldades com matemática e 4 (quatro) com a Língua Portuguesa.

É de conhecimento de todos que muitos destes estudantes, não tiveram no início da sua vida escolar uma educação que realmente o preparasse para um Ensino Médio Técnico, porém este fato não deixa de considerar que este estudante agora faz parte da instituição e que de fato a mesma precisa se adequar aos fatores inerentes a questão linguística dos surdos e encontrar novos caminhos que possibilitem o desenvolvimento destes estudantes, permitindo as mesmas condições de sucesso escolar e profissional dos estudantes ouvintes.

As perguntas seguintes tratam do acesso e da permanência dos estudantes no IF Sertão-PE. Como sabemos, a Lei Federal Nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016 que altera a Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das

instituições federais de ensino. Esta proporção reservada a PCD ao total de vagas foi de grande valia para os estudantes surdos, uma vez que 80% dos entrevistados afirmam ter entrado através da cota da PCD (Figura 10.a).

Figura 10- Percentual de respostas dadas por alunos surdos matriculados: a) entraram através da Cota PCD; b) atendimento as suas necessidades; c) satisfação com o curso escolhido; d) inserção no mundo do trabalho.



Fonte: Autora, 2020

Ao indagarmos a estes alunos se suas necessidades específicas estão sendo atendidas e se se sentem incluídos no processo ensino e aprendizagem as respostas são iguais (gráfico 10.b). O que reforça a concepção inicial de que apesar das dificuldades apresentadas pelos professores, a instituição busca oferecer um ensino de qualidade e que atenda os anseios e as necessidades de todos os estudantes. Apenas dois estudantes optaram pela resposta não. Um dos estudantes destacando a dificuldade com o transporte e o outro a interação com os estudantes ouvintes.

Quando questionamos se os mesmos estavam satisfeitos com o curso escolhido a resposta foi quase unânime: 90,9% dos entrevistados estão satisfeitos com seus cur-

sos. Apenas um dos estudantes respondeu que não, pois no decorrer do curso descobriu que não tinha afinidade com o curso optado e que pretende fazer nova seleção para outro curso (gráfico 10.c). A maioria deles (81,8%) também acredita que o curso Técnico e Profissional facilitará sua entrada no mundo do trabalho (gráfico 10.d).

Na última questão solicitamos que os alunos fizessem uma análise das estratégias metodológicas utilizadas pelos professores e nos respondessem a partir de uma escala a frequência para cada uma das afirmações sugeridas. Muito eficiente – Pouco eficiente – Totalmente ineficiente. Vejamos na tabela abaixo a quantidade de respostas para cada afirmação, dentre os 11 entrevistados.

Veremos (Tabela 5) que o surdo realmente é um sujeito visual e que apreende as informações usando seu sentido da visão. Este fato nos permite compreender que trabalhar com os aspectos da visualidade com estes estudantes é de extrema importância. Porém, isso requer um esforço de toda a instituição no sentido de ampliar o uso das metodologias adequadas para estes estudantes e que respeite a singularidade linguística.

Essa centralidade da visualidade precisa, na educação de surdos, perpassar pela elaboração do currículo, pelas estratégias didáticas, pela organização das disciplinas, com envolvimento de elementos da cultura artística, da cultura visual, do desenvolvimento da criatividade plástica e visual pertinentes as áreas visuais, além do aproveitamento dos recursos de informática, fortemente visuais, favorecendo, assim, uma valorização da concepção de mundo constituída por meio da subjetividade e da objetividade com as “experiências visuais” dos alunos (LACERDA *et.al.* 2018, p. 190).

Para Skliar (2016, p. 14) é imprescindível aproximar os discursos às práticas onde o “primeiro fato a ressaltar é a possibilidade de incluir a análise da educação dos surdos dentro de um contexto discursivo mais apropriado a situação linguística, social comunitária, cultural e das identidades dos sujeitos surdos.” Pensamento também corroborado por Strobel (2018).

A inclusão é um movimento que tem intenção de envolver toda a comunidade; porém, a sociedade de inclusão não vê o sujeito surdo como diferença cultural, mas sim como deficiente necessitado da normalização, cujo padrão social aceito é o ouvinte (STROBEL, 2018, p. 123).

Tabela 5 – Escala de eficiência das práticas de ensino

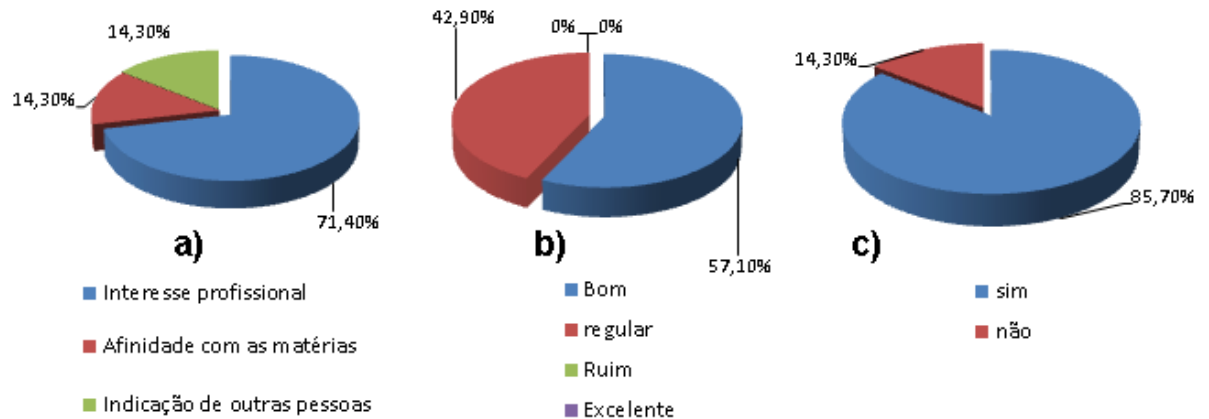
Item	Muito Eficiente	Pouco Eficiente	Totalmente Ineficiente
1 – Aulas de campo/laboratório	10	1	0
2 – Filmes com legenda	8	3	0
3 – Filmes sem legenda	0	2	9
4 – Uso de imagens relacionadas ao tema estudado	11	0	0
5 – Atividades em grupo	9	2	0
6 – Atividades individuais	4	7	0
7- Uso de materiais concretos	10	1	0
8 - Uso de recursos tecnológicos	11	0	0
9- Produção escrita na norma padrão da Língua Portuguesa.	3	7	1
10- Produção escrita na Língua Materna (Libras)	11	0	0

Fonte: Autora, 2020

5.4 Diagnóstico da educação de surdos, sob o olhar do aluno egresso

Foram entrevistados 7 (sete) estudantes surdos que tiveram vínculo com o IF Sertão-PE, sendo que 42,9% deles tinham mais de 25 anos e os demais (57,1%) com idade entre 20 e 25 anos. O motivo que levou estas pessoas a optarem por um curso Técnico Profissional foi o interesse profissional, para mais de 70% dos entrevistados (Figura 11.a).

Figura 11 – Percentual de respostas dadas por alunos surdos egressos: a) Motivo da escolha do curso; b) Inclusão dos alunos egressos; c) recomendam o curso.



Fonte: Autora, 2020

Tratando-se da profissionalização dos surdos Viana e Irigaray (2016) afirmam que apesar do arsenal jurídico, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda tem muitos obstáculos e a falta de qualificação é uma delas.

O êxito profissional da pessoa surda perpassa pela necessidade de se conhecer mais as particularidades desta categoria de deficiência. Porém, esta atitude espontânea, impulsionada pela sensatez, muitas vezes não expressa o pensamento universal dos atores envolvidos na questão do surdo e o mercado de trabalho (VIANA E IRIGARAY 2016, p. 222).

Ainda em relação à profissionalização dos surdos, Skliar (2016, p. 80), relata que a partir do período histórico que desencadeou a industrialização é possível encontrar indícios de que o Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, fundado no final do século XVIII, já tinha como um dos seus objetivos, desenvolver habilidades profissionais nos surdos, a fim de evitar que estes no futuro, se tornassem uma carga para a família, para a comunidade, ou para associações de caridade. Neste instituto os surdos tinham oficinas de encadernação, artes plásticas e gráficas, confecção e marcenaria.

Klein (2016, p. 79) reconhece que ainda hoje muitas instituições brasileiras de educação profissional para surdo trabalham quase que exclusivamente no treino comportamental, a fim de produzir surdos aceitáveis para a sociedade “dos que ouvem”. Para Strobel (1995, apud SKLIAR, 2016, p.81) esta postura é justificada como “parte

integrante do processo de reabilitação, possibilitando a sua plena integração à sociedade”.

Assim sendo, é evidente que os surdos têm interesse em profissionalizar-se e constituir-se enquanto cidadãos com direitos e deveres, desfazendo o conceito de coitadinhos que dependem de seus familiares ou de benefício para sobreviver.

Dos sete entrevistados cinco finalizaram o curso e dois desistiram. O motivo da desistência foi relacionado principalmente ao fato de ter achado o curso difícil.

Sobre a inclusão dos mesmos durante sua estadia no IF Sertão – PE, 57,1% avaliaram como sendo boa e 42,9% como regular. O que reforça a necessidade do IF Sertão – PE, continuar se esforçando para se fortalecer enquanto espaço educacional que busca a promoção e inclusão de todos (gráfico 11.b).

Dos sete entrevistados, quatro estão trabalhando (57,1%) e entre estes apenas 1 (um) na área de formação: Agropecuária. Os demais estão trabalhando na área de educação (auxiliares de sala e instrutor de Libras).

Esse dado confirma uma pesquisa já realizada por Carneiro e Soares (2017) em que as pesquisadoras afirmam que os surdos têm dificuldades de se empregarem em algumas áreas (com exceção de instrutor de libras), mesmo tendo formação para tal.

Trazendo esta discussão para as pessoas surdas, por ainda não termos uma educação que prepare essas pessoas para atuação em diferentes profissões e, mesmo quando o surdo, por mérito próprio, depois de muito esforço, e com grande apoio de sua família consegue se formar como engenheiro, dentistas, psicólogos, por causa do preconceito existente na sociedade eles não conseguem trabalho. Assim, durante muito tempo, os surdos só conseguiam – e ainda hoje isto continua, trabalhar em “linhas de produção”, em trabalhos repetitivos e mecânicos. Só atualmente, surgiu a possibilidade de instrumentalizar o surdo para uma profissão mais bem remunerada em uma sociedade capitalista, a de professor de Libras. Entretanto, mesmo com o amparo legal para que esta função seja destinada preferencialmente aos surdos, os ouvintes disputam essas vagas e, novamente, em função do preconceito, acabam ganhando, pois se entende que um professor ouvinte pode desempenhar melhor suas funções (CARNEIRO E SOARES, 2017, p.5).

Esse dado revela a extrema necessidade do IF Sertão PE fazer um trabalho mais direcionado ao egresso, seja de acompanhamento ou de orientação às empresas e associações parceiras, pois os mesmos, no decorrer do curso constroem sonhos de profissionalização que são impossibilitados por um (pré)conceito existente na sociedade de que pessoas surdas não podem assumir determinadas profissões.

Perguntamos se estes acreditavam se o surdo tem maior dificuldade de encontrar trabalho que o ouvinte e a grande maioria, 85,7% afirmam que sim. Além disso, 57,1% dos entrevistados revelaram que sofreram algum tipo de preconceito por ser surdo.

Aqui no Brasil, os surdos estão incluídos como beneficiários na Constituição Federal, art. 37, inciso VIII, na Lei Federal nº 8.213 de 24 de julho de 1991, art. 93, bem como pela Portaria 1.199 do Ministério do Trabalho e Emprego, publicada em 30/10/2003, a qual determinou que as empresas com 100 ou mais empregados estão obrigadas a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com pessoas portadoras de deficiência, ou beneficiários reabilitados (BRASIL, 2003).

Porém para Klein (1998 apud Carneiro e Soares, 2017, p.5) o mercado tem ideia preconceituosa sobre as possibilidades de trabalho dos surdos, e nesta busca pela eficiência e lucratividade, do capitalismo, restringem as ofertas de vagas aos surdos aos cargos de corte e costura, marcenaria, informática, auxiliar de serviços gerais. Isto, quando ele consegue emprego e não é impelido a uma marginalidade indesejada, vendendo adesivos e chaveiros nos sinaleiros e terminais de ônibus.

Para Strobel (2018, p. 121), “a inclusão de sujeitos surdos no mercado de trabalho depende das acessibilidades adaptativas às necessidades culturais”. O que exigiria das empresas a contratação dos serviços dos intérpretes e tradutores de língua de sinais para reuniões, palestras e os cursos de formação (*id* p. 122). Além disso, para a autora, a sociedade como todo precisa eliminar a visão preconceituosa que tem em relação ao povo surdo, que não acreditam na potencialidade dos mesmos, principalmente tratando-se de questões acadêmicas.

Por fim indagamos se estes recomendavam algum curso do IF Sertão – PE pra outros surdos e mais de 85% afirmara que sim (gráfico 11.c), o que representa uma excelente aceitação do ensino ofertado pelo IF Sertão –PE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que em todas as áreas educacionais, deve-se dar mais ênfase aos procedimentos de aprendizagem e não tanto à acumulação de informação. Para os alunos surdos, embora também para os ouvintes, é fundamental desenvolver o desejo do saber, o interesse pela busca de informação e gosto pela leitura. Para isso é importante que o professor possibilite que os alunos surdos realizem tarefas diversas utilizando métodos visuais de comunicação.

Diante do que já foi exposto, desenvolver uma prática pedagógica que contemple a visualidade no decorrer do processo de ensino e aprendizagem para o estudante surdo é extremamente importante, no sentido de garantir a permanência destes nas instituições de ensino, contribuindo para o desenvolvimento intelectual, educacional, social e profissional dos mesmos. Compreende-se que além de uma proposta filosófica que valorize as diferenças, planejada e articulada pelas instituições de ensino, a prática pedagógica no cotidiano escolar é de suma importância para a formação integral do aluno surdo durante o seu processo de escolarização.

É necessário então que as instituições de ensino se libertem das práticas pragmáticas e única forma de ensinar, repensando e construindo novas metodologias que favoreçam os estudantes surdos, suas características e peculiaridades inerentes a visualidade.

O professor precisa preparar aulas que contemplem os aspectos da visualidade dos estudantes surdos, introduzindo no seu planejamento diário estratégias de ensino que promovam os aspectos visuais, como um trecho de filme, mapas conceituais, uma boa apresentação de *slides*, aulas de campo, uso de ferramentas tecnológicas e usos de imagens,

Comprendemos, porém, que a imagem por si só também não vai garantir que o conhecimento chegue ao aluno surdo, às imagens, vídeos, slides precisam ser acompanhados por explicação na Língua de Sinais, daí a importância dos intérpretes de libras nas salas inclusivas.

Entende-se então que trabalhar com aspectos da visualidade para os surdos é uma possibilidade para ampliar a aprendizagem destes, porém, exige das instituições

de ensino um esforço que ultrapassa as metodologias didáticas planejadas pelo professor, é uma junção de metodologias adequadas, acessibilidade linguística (presença de intérprete) e acessibilidade curricular.

Daí a importância de traduzir uma prática pedagógica transformadora, que gere participação dos surdos, com foco em uma política de significações. Para tanto, precisamos reconhecer a importância de desenvolver ações pedagógicas inclusivas, que promovam ações de participação ativa dos estudantes surdos, reconhecendo suas potencialidades.

Enfim, as instituições de ensino precisam acreditar que estudantes surdos são capazes de aprender e desenvolver qualquer projeto que lhes proponha; e que para tal é necessário no decorrer destas atividades utilizar estratégias de ensino que valorize a sua cultura e identidade, preparando estes estudantes para uma vida mais independente, rumo ao mundo do trabalho. Pois, entende-se que a instituição que se dispõe a ensinar alunos surdos, precisará estar atenta à necessidade urgente de contemplar a singularidade linguística do grupo e buscar meios para que a diferença seja atendida e a inclusão verdadeiramente aconteça.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação & Sociedade, vol. 25, núm. 87, mayo-agosto, 2004, pp. 335-351 Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

BARROS, Maria Patrícia Lourenço. **Desafios na formação docente para a inclusão de surdos no IF Sertão – PE Campus Salgueiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Decreto nº 5.626**. Regulamenta a lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

_____. **Decreto nº 5.773** de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

_____. **Decreto nº 6.571** de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394/96.

_____. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001.

_____. **LEI 10.098**, de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **LEI Nº 10.436**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 24/04/2003.

_____. **LEI Nº 12.319**, de 1º de setembro de 2010, Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

_____. **LEI nº 8213** de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

_____. **LEI nº. 9394**, 23 de dezembro de 1.996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1.996.

_____. **LEI Nº 13.409**, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016. Altera a **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

_____. **Portaria Nº 1.199**, de 28 de outubro de 2003. Publicado no D.O de 30.10.2003.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, Brasília: MEC, 2009.

_____. **Decreto nº 47.038**, de 16 de outubro de 1959. **Regulamenta a Lei 3.552/59. Brasília, DF, 1959b.**

_____. LEI 3.198, de 06 DE JUNHO DE 1957 - Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

_____. **LEI Nº 3.552**, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

_____. **LEI Nº 6.545**, DE 30 DE JUNHO DE 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.

CAMPELLO, A. R. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, 2008.

CARNEIRO, Marília Ignatius Nogueira; SOARES, Beatriz Ignatius Nogueira. As pessoas surdas e o mercado de trabalho. **Revista virtual de cultura surda**/ Editora Arara Azul. Edição Nº 20 / Janeiro de 2017 – ISSN 1982-6842.

CUNHA JUNIOR, Elias Paulino da. **O embate em torno da Políticas Educacionais para Surdos**: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos/Jundiaí, Paco Editorial:2015.

DECLARAÇÃO de Salamanca e enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais – **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais**: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha. UNESCO, 7 a 10 de junho de 1994.

DECLARAÇÃO Mundial de educação para todos: **Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**, Jomtiem, 1990, UNESCO, 1998.

FREIRE, A. M. F. Aquisição do Português como segunda língua: uma proposta de currículo para o Instituto Nacional de Educação de surdos. SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidades da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística volume 2** – 6 ed. Porto Alegre Mediação, 2016.

FREITAS (H.), JANISSEK (R.) e MOSCAROLA (J.). **Dinâmica do processo de coleta e análise de dados via web**. CIBRAPEQ - Congresso Internacional de Pesquisa Qualitativa, 24 a 27 de março, Taubaté/SP, 2004. 12 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOES, A. M; CAMPOS, M. L. I. L. Aspectos da gramática da libras. LACERDA, e SANTOS (orgs). **Tenho uma aluno surdo e agora?** Introdução à Libras e educação de surdo. São Carlos: EdUFScar, 2018.

KLEIN, Madelena. **Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador/** Carlos Skliar (org.) -8. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2016.

KOTAKI, C. S; LACERDA, C. B. F. O intérprete de Libras no contexto da escola inclusiva: Focalizando sua atuação na segunda etapa do Ensino Fundamental .

LACERDA, e SANTOS (orgs). **Tenho uma aluno surdo e agora?** Introdução à Libras e educação de surdo. São Carlos: EdUFScar, 2018.

KUENZER, A.Z. , GRABOWSK, G. **A produção do conhecimento no campo da educação Profissional no regime de acumulação flexível**. HOLOS ano 32,v.6. 2016.
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (orgs). **Tenho uma aluno surdo e agora?** Introdução à Libras e educação de surdo. São Carlos: EdUFScar, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEI 11.892, de 29 DE DEZEMBRO DE 2008 Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 18. Ed. São Paulo. Edições Loyola. 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. São Paulo: Alínea, 2005.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva,2004.

LODI, Ana Cláudia Balieiro . Ensino da Língua Portuguesa como segunda Língua para surdos: impacto na Educação Básica. LACERDA, e SANTOS (orgs). **Tenho uma aluno surdo e agora?** Introdução à Libras e educação de surdo. São Carlos: EdUFScar, 2018.

LUDWIG, Antonio Carlos Wil. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MANACORDA, M. A. **Max e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar** – O que é? Por que? Como fazer? 1. reimpressão - São Paulo: Summus, 2015.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução e pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELLO, Antônio Dos Reis Lopes. Refletindo sobre a inclusão escolar Brasileira. **Journal of Research in Special Educational Needs**, Vol.16, pp.931-935, Ago. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. . **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Ramom de; **A possibilidade da escola unitária na sociedade capitalista**. Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [32]: 141 - 160, janeiro/abril 2009.

PDI/**Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Sertão-PE** (2019/2023) 253p. Disponível: <https://www.ifsertao-pe.edu.br>. Acesso em: 02/2019.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: A aquisição da linguagem – Porto Alegre: Artmed, 1997.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes). – Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5).

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas** – São Paulo: Plexus, 2007.

SANTOS FILHO, José Camilo dos: GABOA, Sívio Sánches (Org.). **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: autores associados, 2007

SAVIANI, D. **O Choque teórico da politecnia**. Trabalho, Educação e Saúde, (1):131-152, 2003.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos** Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SILVEIRA, Emanuela Alves. Módulo de Planejamento Estratégico: **PROGEPE**: Programa de Formação de Gestores Educacionais de Pernambuco – 2.ed. – Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, 2019.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças** – 8 ed. Porto Alegre Mediação, 2016.

SOARES, Kátia Cristina Dambiski. SOARES, Marcos Aurélio Silva. Sistemas de ensino: legislação e política educacional para a educação básica. Curitiba: InterSaberes, 2017. (Série: Fundamentos da Educação.)

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 4. Ed. 1 reimp. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2018.

SUHR, Inge Renate Frose. **Teorias do conhecimento pedagógico** – Curitiba: InterSaberes, 2012. – (Série Fundamentos da Educação).

VIANA, Alvaneí dos Santos; IRIGARAY, Helio Arthur Reis. A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 17, n. 2, p. 214-232, maio/ago. 2016.

VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa. **Professores de Surdos: educação bilíngue, formação e experiências docentes**. 1- ed. – Curitiba: Appris, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Capa do Produto Educacional

**ENSINO PARA SURDOS:**

Um olhar sobre estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos no IF Sertão-PE.

NERI DA SILVA XAVIER**SALGUEIRO - PE
2020**

APÊNDICE B – Formulários aplicados



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Prezado estudante surdo,

Este questionário é o instrumento de pesquisa de campo do Projeto “O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no Instituto Federal do Sertão – PE”, elaborada pela mestrandia Neri da Silva Xavier, sob a orientação da Prof^a Luciana Cavalcanti Azevedo, no IF Sertão - PE. A sua participação é fundamental para o sucesso desta pesquisa, por isso, agradecemos pela sua colaboração.

1- Identificação

1.1 - Gênero: _____

1.2 - Idade: () 15 – 19 anos () 20 – 25 anos () acima de 25 anos

1.3- Curso _____ Campus _____

2. Relação Familiar

2.1 – Sua família usa Libras para se comunicar com você?

() Sim

() Não

() Alguns membros

2.2 – Como você teve o primeiro contato com Libras na estrutura gramatical?

() Com meus familiares

() No convívio com a comunidade surda

() Na escola

2.3 – Seus pais ou responsáveis acompanham seu desempenho escolar?

() Sim

() Não

3. Histórico da escolaridade:

3.1 – Com que idade você começou a estudar? _____

3.2 – Com que idade iniciou no curso Profissional e Tecnológico? _____

3.3 – Você já foi reprovado durante sua vida estudantil?

() Sim

() Não

3.4 – Qual a disciplina que você tem maior dificuldade para prender?

3.5 - Qual disciplina você possui mais facilidade para aprender? _____

3.6 - Você costuma estudar em casa?

Sim

Não

4- Quanto ao Processo seletivo /Matrícula do Curso Profissional e Tecnológico

4.1 – Você precisou de ajuda para fazer sua inscrição no processo seletivo?

Sim. Quem lhe ajudou? _____

Não

4.2 – Suas necessidades específicas foram atendidas na realização do processo seletivo?

Sim

Não. Qual?

4.3 – Você entrou no curso escolhido com a cota para PCD?

Sim

Não

4.4 – Você teve alguma dificuldade para efetuar sua matrícula?

Sim. Qual?

Não

5 - Permanência no IF Sertão - PE

5.1 Suas necessidades específicas estão sendo atendidas pelo IF Sertão - PE?

Sim

Não. Por quê?

5.2 Você se sente incluído no processo de ensino oferecido pelo IF Sertão - PE?

Sim

Não. Por quê?

5.3 Você está satisfeito com a escolha do curso?

Sim

Não. Por quê?

5.4 - Você acredita que o curso técnico e profissionalizante facilitará sua entrada no mercado de trabalho?

Sim

Não. Por quê?

5.5 - Você pretende ingressar no curso Universitário na mesma área de estudo?

Sim

Não

6 - Aprendizagem

Na tabela abaixo você terá algumas metodologias utilizadas por professores em aula. Pensando na sua aprendizagem, avalie cada item escolhendo uma das opções ao lado:

Metodologia de ensino	Muito eficiente	Pouco eficiente	Totalmente ineficiente
6.1 – Aulas de campo/laboratório			
6.2 – Filmes com legenda			
6.3 – Filmes sem legenda			
6.4 – Uso de imagens relacionadas ao tema estudado			
6.5 – Atividades em grupo			
6.6 – Atividades individuais			
6.7- Uso de materiais concretos			
6.8 - Uso de recursos tecnológicos			
6.9- Produção escrita na norma padrão da Língua Portuguesa.			
6.10- Produção escrita na Língua Materna (Libras)			

Obrigada por sua participação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Prezado estudante surdo egresso do IF Sertão PE,

Este questionário é o instrumento de pesquisa de campo do Projeto “O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no Instituto Federal do Sertão – PE”, elaborada pela mestrandia Neri da Silva Xavier, sob a orientação da Prof^a Luciana Cavalcanti Azevedo, no IF Sertão - PE. A sua participação é fundamental para o sucesso desta pesquisa, por isso, agradecemos pela sua colaboração.

1. Identificação

1.1 - Gênero: _____

1.2 - Idade: () 15 – 19 anos () 20 – 25 anos () acima de 25 anos

2. Escolaridade/inclusão:

2.1- Você fez matrícula em qual curso Profissional e Tecnológico do IF Sertão? Qual o campus?

2.2 – Porque escolheu esse curso?

() Interesse profissional

() Afinidade com as matérias

() Indicação de outras pessoas

() Outro motivo: _____

2.3 – Durante seu período de permanência no Instituto, como você avalia o processo de inclusão dos surdos no seu *campus*?

() Ruim

() Regular

() Bom

() Excelente

2.4 – Você conseguiu concluir o curso?

() Sim

() Não

➤ Se você conseguiu finalizar o curso, pule para o item 4 (Mercado de trabalho).

➤ Se você evadiu o curso, responda somente até o item 3.1

3. Motivos da evasão

3.1 – Porque você desistiu do curso?

() O Instituto ficava distante da minha residência.

() Horário de estudo coincidia com horário de trabalho.

() O curso não atendeu minhas expectativas.

() O curso era difícil.

() Minhas necessidades específicas não foram atendidas.

() outro motivo: _____

4. Mercado de trabalho

4.1 – Você está trabalhando?

() Sim. Onde? _____

() Não

4.2 – Você acredita que o surdo tem mais dificuldade de encontrar trabalho que o ouvinte?

() Sim.

() Não

4.2 – Você sofreu algum preconceito no seu trabalho por ser surdo?

() Sim.

() Não

4.3 – Você recomendaria algum curso na área Técnico e Profissional para outro surdo?

() Sim.

() Não

Obrigada por sua participação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Prezado Intérprete de Libras,

Este questionário é o instrumento de pesquisa de campo do Projeto “O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no Instituto Federal do Sertão – PE”, elaborada pela mestrandia Neri da Silva Xavier, sob a orientação da Profª Luciana Cavalcanti Azevedo, no IF Sertão - PE. A sua participação é fundamental para o sucesso desta pesquisa, por isso, agradecemos pela sua colaboração.

1- Identificação

1.1 - Gênero: _____

1.2 - Idade: () 20 – 30 anos () 31 – 40 anos () 41 – 50 anos () acima de 50anos

1.3- Escolaridade:

() Ensino Médio

() Graduando: Qual área? _____

() Graduado: Qual área? _____

() Especialização : Qual área: _____

() Mestrado

() Doutorado

2- Perfil Profissional

2.1 - Vínculo empregatício no Instituto Federal

() Contrato Temporário () Efetivo

2.2 - Há quanto tempo atua como intérprete?

() Menos de 5 anos

() 5 -10 anos

() mais de 10 anos

2.3 – Como aprendeu Libras?

() Tenho familiar surdo

() Convívio com a comunidade surda

() Oficinas de Libras

() Curso na área de TILS

3 - Prática

A partir de sua atuação como Intérprete de Libras no Ensino Profissional e Tecnológico do Instituto Federal do Sertão – PE, responda numa escala ao lado qual seu grau de frequência para cada uma das afirmações seguintes:

Item	Nunca	Ocasionalmente	Frequentemente
3.1- Colaboro com os professores na escolha de uma metodologia mais adequada.			
3.2- Participo do planejamento de aula do professor.			
3.3- Preparo recursos didáticos			

que favoreçam a compreensão dos alunos surdos			
3.4- Solicito ao professor, sempre que necessário, a repetição/explicação do conteúdo.			
3.5 – Sempre acompanho o aluno nas aulas de campo ou laboratório.			
3.6 – Participo de formações na minha área oferecidas por meu Instituto.			
3.7- Os professores tem total confiança no meu trabalho			
3.8- Participo das reuniões de pais e mestres.			
3.9- Procuo criar vínculos amistosos com os alunos surdos.			
3.10- Ofereço apoio nas dificuldades encontradas nas atividades fora do meu expediente de aula.			

3.11 – Qual a sua maior dificuldade, no âmbito das salas inclusivas, como profissional Tradutor/Intérprete de Libras?

Obrigada por sua participação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Prezado Professor,

Este questionário é o instrumento de pesquisa de campo do Projeto “O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no Instituto Federal do Sertão – PE”, elaborada pela mestranda Neri da Silva Xavier, sob a orientação da Prof^a Luciana Cavalcanti Azevedo, no IF Sertão - PE. A sua participação é fundamental para o sucesso desta pesquisa, por isso, agradecemos pela sua colaboração.

1- Identificação

1.1 - Gênero: _____

1.2 – Formação: _____

2 – Inclusão escolar do aluno surdo:

2.1- Você sabe LIBRAS?

() Sim

() Não

2.2 - Você já fez algum curso/formação ou capacitação na área de surdez?

() Sim. Qual ? _____

() Não

2.3 - Você passa para o intérprete, com antecedência, o planejamento de suas aulas?

() Sim

() Não

2.4 - Qual é a melhor estratégia de ensino, utilizada por você, para o aluno surdo?

2.5 - Você acredita que os cursos técnicos e profissionalizantes oferecidos pelo Instituto Federal contempla as reais necessidades dos alunos surdos?

() Sim

() Não

2.6 – O que poderia ser feito ou criado que, na sua opinião, para melhorar o ensino para o aluno surdo no seu *campus*?

3 – Quanto à prática de ensino

A partir de sua prática de ensino, como professor do Ensino Profissional e Tecnológico do Instituto Federal do Sertão – PE nas salas inclusivas, onde tem aluno surdo, responda numa escala ao lado qual seu grau de frequência para cada uma das afirmações seguintes:

Item	Nunca	Ocasionalmente	Frequentemente
3.1- Procura passar antecipadamente meu planejamento para o intérprete			
3.2- No planejamento diário, procuro desenvolver atividades que contemplem a visualidade.			
3.3- Dou prioridade às aulas de campo/laboratório.			
3.4- Dou prioridade as aulas expositivas.			
3.5 – Favoreço a interação do meu aluno surdo com ouvites.			
3.6 – Utilizo materiais concretos.			
3.7- Exijo escrita na norma padrão da Língua Portuguesa, dos meus alunos surdos.			
3.8 – Avalio a escrita do meu aluno considerando a Língua Portuguesa como L2. (Segunda Língua)			
3.9- Procuro criar vínculos amistosos com os alunos surdos.			
3.10 – Procuro interagir com os profissionais do NAPNE, no sentido de favorecer uma melhor aprendizagem para o aluno.			

Obrigada por sua participação

ANEXOS

ANEXO 1 - TCLE



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução Nº 466/12 CNS)**

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar como voluntário (a), da pesquisa “**O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no Instituto Federal do Sertão – PE**”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Neri da Silva Xavier**, Residente na Trav. Da Matriz Nº 230, Povoado de Grossos – Verdejante/PE, CEP: 56.120.000, TEL. (87) 988397975, E-MAIL neri.xavier@hotmail.com para contato do pesquisador responsável (inclusive ligações a cobrar). Também participa deste pesquisa a orientadora **Profª Drª Luciana Cavalcante Azevedo**, e-mail luciana.cavalcanti@ifsertão-pe.edu.br.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar em fazer parte do estudo, rubricar as folhas e assinar ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o/a senhor/a não será penalizado (a) de forma alguma. O (a) Senhor (a) tem o direito de desistir da participação na pesquisa em qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Descrição da pesquisa: O presente projeto tem o objetivo de avaliar a trajetória dos estudantes surdos do Ensino Profissional e Tecnológico desde o ingresso nos institutos até sua inserção no mercado do trabalho. Procurando conhecer as políticas de inclusão que favorecem os mesmos e ao mesmo tempo identificando os obstáculos que poderão impossibilitar o sucesso estudantil e profissional destes estudantes. Nesse sentido faremos uma pesquisa documental e de campo no sentido de coletar informações que possam nos dar estas respostas. O objetivo final é utilizar os dados obtidos na pesquisa para a construção de um manual de orientações para a inclusão do aluno surdo nas Instituições de Ensino e no mercado de trabalho.

Esclarecimento do período de participação do sujeito na pesquisa, início e término: A aplicação dos questionários será previamente agendada com datas, horários e locais de aplicação programados antecipadamente, com as partes envolvidas.

Riscos da Pesquisa: Sabe-se que em toda pesquisa que envolva a participação de um sujeito existe a probabilidade de ocorrência de um evento desfavorável (inconveniente ou desconforto), esta apesar de não prever riscos graves, pode incidir riscos relacionados ao fator psicológico e/ou social, por abordar questões de caráter pessoal e de avaliação do outro (desempenho/ atitude).

Riscos Psicológicos

- Modificação nas emoções, stress ou culpa.
- Responder a questões sensíveis
- Perder o autocontrole ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados

Riscos Sociais: Não haverá riscos sociais, uma vez que todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhuma fase/etapa desta pesquisa. Todos estarão livres para no momento da aplicação dos questionários contribuir com a sua participação ou não, dessa forma a participação na pesquisa é voluntária e que os participantes não estão obrigados a responder quaisquer perguntas formuladas durante os encontros, ou poderão

retirar o seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento sem prejuízo algum à sua pessoa. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Garanto que os dados obtidos não serão usados para outros fins além dos previstos neste termo. Os participantes da pesquisa ao se sentirem prejudicados poderão a qualquer momento solicitar sua exclusão e informar a melhor forma ao pesquisador para amenizar os danos ficando o pesquisador responsável em ressarcir os danos causados se comprovados que foi decorrente desta pesquisa tendo direito a indenização com os gastos.

Benefícios da pesquisa

- Contribuir para a inclusão escolar, social e profissional de estudantes surdos.
- Contribuir com a aprendizagem do aluno surdo, para que este se desenvolva integralmente, assumindo seu papel na sociedade como cidadão ativo e participativo, principalmente no universo profissional;
- Analisar sobre a prática pedagógica do professor no decorrer do processo ensino aprendizagem do aluno surdo;
- Encaminhar novas estratégias de trabalho que norteie o professor no desenvolvimento de suas aulas;
- Ampliando o conhecimento do professor a cerca de um trabalho inclusivo, dinâmico e que respeite a diversidade.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (pastas de arquivo, computador pessoal), sob a responsabilidade do (pesquisador Orientador?), no endereço (acima informado ou colocar o endereço do local), pelo período de mínimo 5 anos.

O/A voluntário/a não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IF SERTÃO-PE no endereço: Reitoria: Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2359 / Ramal 103, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>, cep@ifsertao-pe.edu.br; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5877, conep.cep@saude.gov.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo "**O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no Instituto Federal do Sertão – PE**" como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Impressão
digital
(opcional)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

NOME:	NOME:
ASSINATURA:	ASSINATURA:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS
(para adultos não alfabetizados ou juridicamente incapazes - resolução nº 466/12 CNS e resolução nº 510 CNS)**

Convidamos o (a) Sr.(a) para permitir que a pessoa, a qual esteja sob sua responsabilidade, participe como voluntário (a), da pesquisa **“O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no Instituto Federal do Sertão – PE”**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Neri da Silva Xavier**, Residente na Trav. Da Matriz Nº 230, Povoado de Grossos – Verdejante/PE, CEP: 56.120.000, TEL. (87) 988397975, E-MAIL neri.xavier@hotmail.com para contato do pesquisador responsável (inclusive ligações a cobrar). Também participa deste pesquisa a orientadora **Profª Drª Luciana Cavalcante Azevedo**, e-mail luciana.cavalcanti@ifsertão-pe.edu.br.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar em fazer parte do estudo, rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o/a senhor/a não será penalizado (a) de forma alguma. O (a) Senhor (a) tem o direito de desistir da participação na pesquisa em qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Descrição da pesquisa: O presente projeto tem o objetivo de avaliar a trajetória dos estudantes surdos do Ensino Profissional e Tecnológico desde o ingresso nos institutos até sua inserção no mercado do trabalho. Procurando conhecer as políticas de inclusão que favorecem os mesmos e ao mesmo tempo identificando os obstáculos que poderão impossibilitar o sucesso estudantil e profissional destes estudantes. Nesse sentido faremos uma pesquisa documental e de campo no sentido de coletar informações que possam nos dar estas respostas. O objetivo final e utilizar os dados obtidos na pesquisa para a construção de um manual de orientações para a inclusão do aluno surdo nas Instituições de Ensino e no mercado de trabalho.

Esclarecimento do período de participação do sujeito na pesquisa, início e término: A aplicação dos questionários será previamente agendada com datas, horários e locais de aplicação programados antecipadamente, com as partes envolvidas.

Riscos da Pesquisa: Sabe-se que em toda pesquisa que envolva a participação de um sujeito existe a possibilidade de ocorrência de um evento desfavorável (inconveniente ou desconforto), esta apesar de não prever riscos graves, pode incidir riscos relacionados ao fator psicológico, por abordar questões de caráter pessoal e de avaliação do outro (desempenho/ atitude).

Riscos Psicológicos

- Modificação nas emoções, stress ou culpa.

- Responder a questões sensíveis
- Perder o autocontrole ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados

Riscos Sociais: Não haverá riscos sociais, uma vez que todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhuma fase/etapa desta pesquisa. Todos estarão livres para no momento da aplicação dos questionários contribuírem com a sua participação ou não, dessa forma a participação na pesquisa é voluntária e que os participantes não estão obrigados a responder quaisquer perguntas formuladas durante os encontros, ou poderão retirar o seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento sem prejuízo algum à sua pessoa. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Garanto que os dados obtidos não serão usados para outros fins além dos previstos neste termo. Os participantes da pesquisa ao se sentirem prejudicados poderão a qualquer momento solicitar sua exclusão e informar a melhor forma ao pesquisador para amenizar os danos ficando o pesquisador responsável em ressarcir os danos causados se comprovados que foi decorrente desta pesquisa tendo direito a indenização com os gastos.

Benefícios da pesquisa

- Contribuir para a inclusão escolar, social e profissional de estudantes surdos.
- Contribuir com a aprendizagem do aluno surdo, para que este se desenvolva integralmente, assumindo seu papel na sociedade como cidadão ativo e participativo, principalmente no universo profissional;
- Analisar sobre a prática pedagógica do professor no decorrer do processo ensino aprendizagem do aluno surdo;
- Encaminhar novas estratégias de trabalho que norteie o professor no desenvolvimento de suas aulas;
- Ampliando o conhecimento do professor a cerca de um trabalho inclusivo, dinâmico e que respeite a diversidade.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (pastas de arquivo, computador pessoal), sob a responsabilidade do (pesquisador Orientador?), no endereço (acima informado ou colocar o endereço do local), pelo período de mínimo 5 anos.

O/A voluntário/a não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IF SERTÃO-PE no endereço: Reitoria: Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2359 / Ramal 103, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>, cep@ifsertao-pe.edu.br; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5877, conep.cep@saude.gov.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Assinatura do pesquisador (a)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado pelo meu representante legal, após a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar e esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo "**O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no Instituto Federal do Sertão – PE**", como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento).

A rogo de _____, que é (não alfabetizado/juridicamente incapaz/ deficiente visual), eu _____ assino o presente documento que autoriza a sua participação neste estudo.

Impressão
digital
(opcional)

Local e data _____

Assinatura do (da) responsável: _____

ANEXO 2 – Termo de Assentimento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
 (PARA ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS LEGALMENTE
 INCAPAZES (Resolução Nº 466/12 CNS; resolução nº 510/16 CNS)

O que é assentimento?

O assentimento significa que você concorda em fazer parte de um grupo, da sua faixa de idade, para participar de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer.

Convidamos você para participar como voluntário (a), da pesquisa “**O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no Instituto Federal do Sertão – PE**”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Neri da Silva Xavier**, Residente na Trav. Da Matriz Nº 230, Povoado de Grossos – Verdejante/PE, CEP: 56.120.000, TEL. (87) 988397975, E-MAIL neri.xavier@hotmail.com para contato do pesquisador responsável (inclusive ligações a cobrar). Também participa deste pesquisa a orientadora **Profª Drª Luciana Cavalcante Azevedo**, e-mail luciana.cavalcanti@ifsertão-pe.edu.br.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar em fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma, tendo o direito de desistir da participação na pesquisa em qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Descrição da pesquisa: O presente projeto tem o objetivo de avaliar a trajetória dos estudantes surdos do Ensino Profissional e Tecnológico desde o ingresso nos institutos até sua inserção no mercado do trabalho. Procurando conhecer as políticas de inclusão que favorecem os mesmos e ao mesmo tempo identificando os obstáculos que poderão impossibilitar o sucesso estudantil e profissional destes estudantes. Nesse sentido faremos uma pesquisa documental e de campo no sentido de coletar informações que possam nos dar estas respostas. O objetivo final é utilizar os dados obtidos na pesquisa para a construção de um manual de orientações para a inclusão do aluno surdo nas Instituições de Ensino e no mercado de trabalho.

Esclarecimento do período de participação do sujeito na pesquisa, início e término: A aplicação dos questionários será previamente agendada com datas, horários e locais de aplicação programados antecipadamente, com as partes envolvidas.

Riscos da Pesquisa: Sabe-se que em toda pesquisa que envolva a participação de um sujeito existe a possibilidade de ocorrência de um evento desfavorável (inconveniente ou desconforto), esta apesar de não prever riscos graves, pode incidir riscos relacionados ao fator psicológico, por abordar questões de caráter pessoal e de avaliação do outro (desempenho/ atitude).

Riscos Psicológicos

- Modificação nas emoções, stress ou culpa.
- Responder a questões sensíveis
- Perder o autocontrole ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados

Riscos Sociais: Não haverá riscos sociais, uma vez que todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhuma fase/etapa desta pesquisa. Todos estarão livres para no momento da aplicação dos questionários contribuírem com a sua participação ou não, dessa forma a participação na pesquisa é voluntária e que os participantes não estão obrigados a responder quaisquer perguntas formuladas durante os encontros, ou poderão retirar o seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento sem prejuízo algum à sua pessoa. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Garanto que os dados obtidos não serão usados para outros fins além dos previstos neste termo. Os participantes da pesquisa ao se sentirem prejudicados poderão a qualquer momento solicitar sua exclusão e informar a melhor forma ao pesquisador para amenizar os danos ficando o pesquisador responsável em ressarcir os danos causados se comprovados que foi decorrente desta pesquisa tendo direito a indenização com os gastos.

Benefícios da pesquisa

- Contribuir para a inclusão escolar, social e profissional de estudantes surdos.
- Contribuir com a aprendizagem do aluno surdo, para que este se desenvolva integralmente, assumindo seu papel na sociedade como cidadão ativo e participativo, principalmente no universo profissional;
- Analisar sobre a prática pedagógica do professor no decorrer do processo ensino aprendizagem do aluno surdo;
- Encaminhar novas estratégias de trabalho que norteie o professor no desenvolvimento de suas aulas;
- Ampliando o conhecimento do professor a cerca de um trabalho inclusivo, dinâmico e que respeite a diversidade.

ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO COMO VOLUNTÁRIO (A)

Este Termo de Assentimento poderá conter informações que você não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando, seus pais e/ou seu responsável legal para que esteja bem esclarecido (a) sobre sua participação na pesquisa.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar em fazer parte do estudo, assine este documento que será rubricado e assinado por seus pais ou seu responsável legal, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Você tem o direito de desistir da participação na pesquisa em qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários.

Os dados coletados nesta pesquisa (Gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (Pastas de arquivo, computador pessoal), sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço (Informado acima ou colocar o endereço do local), pelo período mínimo de 05 anos.

O/A voluntário/a não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IF SERTÃO-PE no endereço: Reitoria: Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2359 / Ramal 103, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>, cep@ifsertao-pe.edu.br; ou poderá consultar a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5877, conep.cep@saude.gov.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, objetivando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Assinatura do (a) Voluntário (a)

Assinatura do(a) Responsável Legal ou Pais

ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____,
portador(a) do documento de Identidade: _____ CPF
_____ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos da pesquisa de
maneira clara/ detalhada e esclareci minhas dúvidas.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável legal poderá modificar a decisão de minha participação se assim o desejar, mesmo já tendo assinado o consentimento/ assentimento.

Declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Impressão
digital
(opcional)

Local e data _____, _____.

Assinatura do (da) Participante/ Voluntário (a)

Assinatura do (a) Responsável Legal ou Pais

Presenciamos a realização de esclarecimentos sobre a pesquisa, aceite do sujeito em participar da pesquisa, bem como o assentimento do responsável legal ou pais do voluntário (a).

NOME COMPLETO:	NOME COMPLETO:
ASSINATURA:	ASSINATURA:

OBs. 02 Testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores.

ANEXO 3 – Termo de Compromisso do Pesquisador

Termo de Compromisso do (s) Pesquisador (es)

Por este termo de responsabilidade, nós, **Luciana Cavalcante Azevedo** e **Neri da Silva Xavier**, abaixo assinados, respectivamente, autor e orientando da pesquisa intitulada “O percurso dos estudantes surdos no Ensino Profissional e Tecnológico no Instituto Federal do Sertão - PE”, assumimos cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/MS e suas Complementares e pela Resolução nº 59 do Conselho Superior do IF Sertão –PE, que institui o Regimento Interno do CEP IF SERTÃO-PE, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, ao (s) sujeito (s) da pesquisa e ao Estado.

Reafirmamos nossa responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes à presente pesquisa, respeitando a confidencialidade e sigilo das fichas correspondentes a cada sujeito incluído na pesquisa, por um período de 5 (cinco) anos após o término desta. Apresentaremos sempre que solicitado pelo CEP IF SERTÃO-PE (Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Sertão Pernambucano) ou CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) ou, ainda, às Curadorias envolvidas no presente estudo, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

Município, _____ de _____ de 20____.

Autor (a) da Pesquisa

Orientando (a)